

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO-PR

**SUCCESSÃO FAMILIAR NA BOVINOCULTURA DE
LEITE EM RIO BONITO DO IGUAÇU - PR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DARLAN SCHMITT

GUARAPUAVA-PR

2019

DARLAN SCHMITT

**SUCCESSÃO FAMILIAR NA BOVINOCULTURA DE LEITE EM RIO BONITO
DO IGUAÇU-PR**

Dissertação apresentada à
Universidade Estadual do Centro-
Oeste, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Ciências Veterinárias, área de
concentração em Saúde e Produção
Animal Sustentável, para a obtenção
do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Favaro

GUARAPUAVA-PR

2019

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Santa Cruz

S335s Schimtt, Darlan
Sucessão familiar na bovinocultura de leite em, Rio Bonito do Iguaçu-PR / Darlan Schmitt. -- Guarapuava, 2019.
xiii, 82 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, área de concentração em Saúde e Produção Animal Sustentável, 2019

Orientador: Jorge Luiz Favaro
Banca examinadora: Jorge Luiz Favaro, Helcya Mime Ishiy Hulse, Mario Zasso Marin, Jorge Ramon Montenegro Gomez

Bibliografia

1. Ciências Veterinárias. 2. Sucessão. 3. Prosseguimento. 4. Pecuária de leite. 5. Laboriosidade. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias.


| CDD 636.089


Darlan Schmitt


Sucessão familiar na bovinocultura de leite em Rio Bonito do Iguaçu-PR

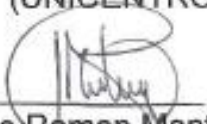
Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Centro-Oeste, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, área de concentração em Saúde e Produção Animal Sustentável, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 28 de Fevereiro de 2019.


Prof. Dr. Jorge Luiz Favaro
(UNICENTRO)


Prof.ª Dr.ª Helcyá Mime Ishiy Hulse
(UNICENTRO)


Prof. Dr. Mario Zasso Marin
(UNICENTRO)


Prof. Dr. Jorge Ramon Montenegro Gomez
(UFPR)

GUARAPUAVA-PR
2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha filha Sofia. Foi a grata surpresa que tive nesta fase da minha vida, foi e é a força propulsora para superar todos os obstáculos neste período, além dos motivos incontáveis de alegria, mesmo nos dias tão intensos e cansativos destes dois anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido tantas bênçãos em minha vida, as quais julgo nem ser merecedor.

Também a meus pais pelo apoio despendido em minha formação, deixando por vezes seus sonhos e objetivos em segundo plano para que eu pudesse concluir minha formação, a eles serei sempre grato.

Minha mais sincera gratidão e amor a minha esposa Kamilla por ter me dado suporte nestes momentos, que foram conturbados em nossas vidas, por diversas vezes necessitamos ficar afastados para que conseguíssemos conciliar e triunfar nesta fase. Sem seu apoio, sem dúvidas, a estrada seria muito mais dificultosa, quiçá intrafegável.

Não poderia deixar de agradecer ao meu Orientador Prof. Jorge Luiz Favaro, que desde o primeiro momento foi muito solícito em me ajudar na elaboração deste trabalho. Foi, neste período, muito efetivo com suas funções e, por mais de uma vez, fez mais que suas obrigações. Além de minha gratidão fica meu respeito pelo profissional exemplar que é.

Por fim, agradeço ao programa do mestrado em Ciências Veterinárias da Unicentro e ao CNPq pela concessão da bolsa.

EPÍGRAFE

De modo algum, nós desafiamos o agouro; há uma
providência especial na queda de um pardal.
Se tiver que ser agora, não está para vir; se
não estiver para vir, será agora; e se
não for agora, mesmo assim virá.
O estar pronto é tudo.

Shakespeare (Hamlet)

RESUMO

Os problemas relacionados a sucessão na agricultura familiar são crescentes, muito disso devido à grande defasagem da população jovem residente no meio rural, comprometendo a continuidade das atividades agrícolas. Dentre estas atividades, uma de fundamental importância para as pequenas propriedades é a bovinocultura de leite, por proporcionar a execução em pequenas extensões territoriais e gerar uma fonte de renda mensal determinante para gerenciar o estabelecimento. Sabendo da relevância deste assunto o presente trabalho visitou 60 propriedades no município de Rio Bonito do Iguaçu dedicadas a produção leiteira, onde foram feitas entrevistas com objetivo de avaliar a sucessão familiar na atividade. Assim, percebeu-se um evidente envelhecimento dos progenitores onde 48,27% destes com idade igual ou superior aos 50 anos. Ainda, dentre todas as propriedades apenas 28,33 % tinham jovens entre 16 a 29 anos residindo nelas. Dentre os tópicos citados como ocasionadores da saída do jovem identificou-se principalmente questões relacionadas ao lazer, remuneração, educação, e penosidade do trabalho com a bovinocultura de leite. Constatou-se também, como forma disseminada, uma inexistência de diálogo familiar a respeito da sucessão nas propriedades do qual encontrou-se apenas um caso em que a sucessão era discutida constantemente e havia uma definição clara sobre o futuro do estabelecimento. Por fim, pode-se determinar que grande parte dos produtores julgaram que a bovinocultura exerce uma influência negativa relevante nas questões do êxodo dos jovens devido principalmente as condições de trabalho, apontadas como efetivamente laboriosa.

Palavras-chaves: sucessão; agricultura familiar; pecuária de leite; laboriosidade

ABSTRACT

The problems associated to succession in family agriculture are increasing, much due to the large gap of the rural population living in countryside, compromising the continuity of agricultural activities. Among these activities, an of fundamental importance to small properties is dairy cattle, by providing enforcement in small territorial extensions and generating a determinant monthly source of income to manage the establishment. Knowing the relevance of this subject the present work visited 60 properties in the county of Rio Bonito do Iguaçu, dedicated to milk production where interviews were conducted with the objective of evaluating family succession at dairy cattle. So, an evident aging of the progenitors where 48.27% of those aged 50 years or more. Still, of all properties only 28.33% had young people between 16 to 29 years residing. Among the topics mentioned as youth outgrowers was identified mainly related issues to leisure, remuneration, education, and painful work with the dairy cattle. It was also found, as a widespread form, a lack of family dialogue regarding succession in the property of which there was only one case where the succession was constantly discussed and there was a clear definition of the future of property. Lastly, it can be determined that a large proportion of producers judged that bovine farming has a relevant influence on the issues of young people's exodus mainly due to the working conditions, which were considered to be laborious.

Keywords: succession; family farming; dairy farming; difficulty

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Porcentagem da produção de leite e relação ao valor bruto da produção rural total do Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul em 2016.....30
- Figura 2: Mapa do Paraná indicando a localização do município de Rio Bonito do Iguçu.....32
- Figura 3: Mapa de Rio Bonito do Iguçu apresentando as divisões realizadas na seleção das propriedades.....34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Filhos residentes na área rural de R.B.I versus suas idades	40
Gráfico 2: Quantidade de filhos que deixaram as propriedades em Rio Bonito do Iguaçu.....	41
Gráfico 3: Filhos acima de 16 anos na propriedade nas áreas tradicionais de Rio Bonito do Iguaçu.....	42
Gráfico 4: Filhos acima de 16 anos na propriedade nos assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu.....	43
Gráfico 5: Relação tamanho propriedade versus Produção diária de leite.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características sociodemográficas nas áreas de agricultura tradicional	36
Tabela 2: Características sociodemográficas nas áreas de assentamento.....	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

Ha - Hectare

IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

R.B.I. – Rio Bonito do Iguaçu

SEAB – Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento

SÚMARIO

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	iii
EPÍGRAFE	iv
ABSTRACT	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	x
1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	8
2.1 – Objetivo geral	8
2.2 – Objetivos específicos:	8
3. REFERENCIAL TEÓRICO	9
3.1 A bovinocultura de leite	9
3.2 O leite no cenário da agricultura familiar	12
3.3 O êxodo e a juventude rural	14
3.4 A atividade no campo e a família	18
3.5 A sucessão geracional na agricultura familiar	19
3.6 Os assentamentos rurais e sua relação com a sucessão	22
3.7 Rio Bonito do Iguaçu	25
3.7.1 - Aspectos geográficos	25
3.7.2 – Organização sócioprodutiva do município	26
3.7.3 – Os assentamentos em Rio Bonito do Iguaçu	27
3.7.4 - A atividade leiteira no município	29
4. MATERIAL E MÉTODOS	32
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
5.1 Cenários social, econômico e demográfico	36
5.2 O Jovem em relação ao meio rural e a atividade da bovinocultura	46
5.2.1- Lazer	48
5.2.2- A questão da renda	50
5.2.3 – A busca por escolaridade	52
5.2.4 – A orientação familiar	55

5.3 As problemáticas da sucessão rural em Rio Bonito do Iguaçu segundo os próprios agricultores.....	57
5.3.1 – As condições para a sucessão	57
5.3.2 – A discussão familiar e os problemas apontados sobre a sucessão.....	60
5.4 Há correlação entre a atividade leiteira e a sucessão?	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
7. REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A	80
Anexo I – Ficha de aprovação do Comitê de ética	81

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a agricultura familiar e os aspectos relacionados a sua continuidade são frequentes e crescentes alvos de estudo, sobretudo, em decorrência da tendência cada vez mais acentuada da diminuição da população residente no meio rural. Assim, por haver amplo consentimento que a agricultura familiar tem um papel social e econômico inquestionável, há muita preocupação com respeito ao êxodo rural, notadamente do jovem, que vem ocorrendo continuamente nas últimas décadas comprometendo o prosseguimento das atividades nas pequenas propriedades. Desse modo, a importância do tema da sucessão geracional na agricultura familiar vem aumentando significativamente nos últimos anos (FOGUESATTO et al., 2014).

Neste sentido, Stropasolas (2006) define como sucessão o processo de transferência de poder na tomada de decisões entre as gerações, ou seja, a retirada das gerações mais velhas e o estabelecimento das mais jovens. No entanto, o próprio autor e uma gama considerável de outras pesquisas são praticamente unânimes ao indicarem que este processo vem se rompendo em todo o território rural. E, dentre os diversos elementos citados como motivos para a migração do jovem agricultor para as cidades é possível destacar fatores apontados, pelos próprios, como negativos no campesinato, entre eles: a penosidade do trabalho, baixa renda, condições de trabalho, dificuldades de acesso, falta de lazer, conflitos familiares e fatores de atração urbana.

Dessa forma, nota-se a configuração de um meio rural envelhecido, masculino e com uma estrutura fundiária com tendência para a concentração de terras e produções monoculturais extensivas e de alta tecnologia onde a produção familiar não pode fazer concorrência, devido aos pesados investimentos econômicos envolvidos nesta forma produtiva. Assim sendo, é também um propulsor para os trabalhadores rurais buscarem alternativas julgadas mais “rentáveis” nos centros urbanos (KISCHENER, 2015).

Com esta perspectiva, Peraci (2007) afirma que a atividade da bovinocultura de leite, pode ser considerada uma das mais importantes para a manutenção da agricultura familiar brasileira. Pois, além de estar presente em mais de 1,8 milhão de propriedades rurais e representar 52% do valor da

produção de leite brasileiro proporciona fonte de renda direta para milhares de pequenos produtores, ela também se torna atrativa por sua característica de geração de renda mensal, facilitando a gestão do capital nas propriedades com mão de obra familiar.

Desta forma, é possível afirmar que a agricultura familiar e toda a atividade por ela desenvolvida, dentre elas a produção leiteira, tem um papel social e econômico inquestionável, apesar de ter futuro incerto. Desse modo, a importância da investigação sobre os motivos que geram e potencializam a falha da sucessão geracional da agricultura familiar é irrefutável (RAVENSTEIN, 1980).

Neste contexto, o município de Rio Bonito do Iguaçu, com população estimada de 13.283 habitantes, localizado na região intermediária de Cascavel e região imediata de Laranjeiras do Sul – Quedas do Iguaçu no estado do Paraná (IBGE, 2015), chama a atenção por possuir uma economia quase que essencialmente agrária, em que predominam pequenas propriedades que utilizam de mão de obra familiar, uma vez que possui em seu interior um dos maiores assentamentos de reforma agrária da América Latina. Vale destacar que está inserido numa das maiores bacias leiteiras do estado, com estimativa de quase 143 mil litros/dia de produção, e que grande parte dos agricultores desenvolve a atividade como forma de obtenção de renda única ou majoritária. Apesar disso, levantamentos anteriores já indicaram os efeitos, assim como em todo o estado, do êxodo rural e da falta de sucessão dentro da propriedade (GALERA, 2009).

Com este embasamento a pesquisa que originou a presente dissertação teve como intuito investigar a situação da sucessão rural em Rio Bonito do Iguaçu nas propriedades onde desenvolve-se a bovinocultura de leite. Justificando a relevância e ineditismo, devido as buscas na literatura não terem sido frutíferas em encontrarem pesquisas que correlacionem a atividade leiteira ao estímulo ou não ao êxodo rural e seu impacto na sucessão familiar destas propriedades, demonstrando a importância do presente trabalho.

Com objetivo de debater os temas anteriormente mencionados esta dissertação está da seguinte forma estruturada: o presente capítulo é introdutório e trata-se de uma sucinta apresentação do tema em geral e da presente pesquisa. O capítulo 2, por sua vez, traz os objetivos geral e específicos que

nortearam o desenvolver das perguntas e discussões que moldaram a dissertação. O capítulo 3 faz uma breve revisão bibliográfica sobre os temas que a comunidade acadêmica vem discutindo a respeito da bovinocultura de leite e sua correlação com as pequenas propriedades, do êxodo e juventude rural, da agricultura familiar abrangendo sua importância e suas particularidades. Findando este tópico há uma apresentação do município de Rio Bonito do Iguaçu que foi o campo amostral onde desenvolveram-se as atividades *in loco*. O capítulo 4, descreve os procedimentos metodológicos que normatizaram, obedecendo os princípios científicos, toda a elaboração destes escritos. Assim, o capítulo 5 descreve os resultados e discussões das situações que foram encontradas em campo e debatidas a sombra da literatura específica. Por fim, o capítulo 6 é o espaço onde estão dispostas as considerações finais que foram oriundas de todo este processo.

2. OBJETIVOS

2.1 – Objetivo geral

Avaliar a linha sucessória nas propriedades da agricultura familiar dedicadas a bovinocultura de leite no município de Rio bonito do Iguaçu-Pr.

2.2 – Objetivos específicos:

- Identificar qual a avaliação dos próprios produtores sobre a atividade leiteira.
- Realizar um mapeamento dos motivos que levam ao abandono da atividade leiteira em Rio Bonito do Iguaçu.
- Compreender o interesse dos possíveis sucessores em permanecer ou não na atividade e quais os motivos justificam isto, relatado pelos pais.
- Conhecer as aspirações, preocupações e pretensões dos agricultores caso não encontrem sucessão dentro de sua linha familiar.
- Listar os motivos que levam os jovens a saírem do meio rural em Rio Bonito do Iguaçu, na visão dos pais.
- Identificar se há, ou não, correlação da atividade leiteira com o rompimento da sucessão familiar.
- Identificar o panorama da atividade leiteira com base nas perspectivas da sucessão familiar identificadas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A bovinocultura de leite

Ao avaliar-se o cenário dos condicionantes da sucessão, é necessário primeiro contextualizar os produtores rurais e suas famílias dentro não só das propriedades rurais, mas dentro de todo o sistema produtivo do leite, em nível nacional e internacional (CAMILOTO, 2011).

Assim, a produção de leite está inserida no conceito da cadeia produtiva, que por definição ultrapassa as fronteiras da propriedade rural. O campo do agronegócio é a soma de um conjunto de segmentos amplos e específicos de negócios que estão relacionados com a agricultura em paralelo com a produção, produtividade entre outros, este entendimento é necessário para a compreensão de que algumas circunstâncias fogem ao controle de quem de fato produz o alimento e dele sobrevive (MENDES e PADILHA JR, 2007).

O Brasil vem apresentando aumento gradativo na produção leiteira. A exemplo, de 1991 a 2007 a produção cresceu 73,3%, e de 2007 a 2017 houve aumento produtivo de pouco mais de 27%, atingindo neste último ano o valor 33,49 bilhões de litros segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sendo as regiões Sudeste e Sul as propulsoras da produção leiteira nacional, onde no ano de 2017 participaram com 69,9% da produção nacional (IBGE, 2018).

Neste contexto, os estados da região sul ganham destaques na produção leiteira, sendo que no ano de 2017, juntos os três Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), produziram 11,7 bilhões de litros de leite. Produção, superior à da Argentina, por exemplo (IBGE, 2018). Este sucesso da atividade leiteira nos estados do Sul tem amparo em alguns fatores, como: clima ameno, pastagens de qualidade, produção agrícola em larga escala o que permite a utilização de “subprodutos” de qualidade das lavouras na alimentação das vacas leiteiras, adaptação de rebanhos de genética favoráveis a atividade, povos que trazem em sua cultura a experiência na criação do gado leiteiro, entre outros aspectos que beneficiam a produção (ZOCCAL, 2015).

O estado do Paraná, segundo dados do IBGE (2018) contava com um rebanho leiteiro de aproximadamente 2,5 milhões de cabeças, com 1,4 milhões

de vacas em lactação e produção de 4,43 bilhões de litros (3º colocado no cenário nacional), antecedido apenas por Rio Grande do Sul com 4,55 bilhões (2º colocado) e Minas Gerais, com 8,91 bilhões de litros (1º colocado). Com esta produção o Paraná participa com 12,7 % do total brasileiro.

Analisando o cenário paranaense Volpi e Digiovani (2008) afirmam que existiam a época 100 mil produtores de leite distribuídos nos 399 municípios do estado, deste número a maioria absoluta era representado por pequenos produtores onde a atividade leiteira é de suma relevância para a manutenção dos indivíduos.

Sabendo desta importância, vale ressaltar que o leite está entre os seis primeiros produtos mais importantes da agropecuária brasileira, ficando à frente de produtos tradicionalmente obtidos, como o café beneficiado e o arroz. O agronegócio do leite e seus derivados, onde o Brasil se posiciona como o quinto produtor mundial, desempenha um papel relevante no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população (SOUZA et al., 2015).

Entretanto, segundo Rocha et al. (2010) o sistema de produção de leite no país é considerado de baixa rentabilidade para o produtor rural. Apesar de ser considerado um dos grandes produtores mundiais de leite, a pecuária nacional não pode ser considerada de modo geral como especializada, devido à grande heterogeneidade de sistemas de produção, onde a pecuária leiteira altamente tecnificada convive com a pecuária extensiva, com baixo nível tecnológico e baixa produtividade.

Estima-se que 2,3% das propriedades leiteiras são especializadas e atuam como empresa rural. Entretanto, 90% dos produtores são considerados como pequenos, com baixo volume de produção diária, baixa produtividade por animal e pouco uso de tecnologias. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a produção média das vacas no Brasil é de 1.240 litros/vaca/ano e a lotação média está em apenas uma vaca/hectare. A título de exemplo, no ano de 2009 a produtividade média dos EUA e Canadá foi de 25,73 e 23,06 kg de leite/vaca/dia, respectivamente, no Brasil a média foi de apenas 4,88 kg de leite/vaca/dia. (ROCHA et al. 2010).

Assim, apesar da produtividade do rebanho leiteiro brasileiro ser muito inferior ao seu potencial, ela vem aumentando consideravelmente e demonstra ter grande potencial. Ações envolvendo o melhoramento genético do rebanho

leiteiro, a melhoria da qualidade e disponibilidade da alimentação animal, capacitação e acompanhamento técnico além da manutenção da atividade por seguidas gerações na família são determinantes para o processo de evolução da atividade e aumento da rentabilidade do sistema produtivo (EMBRAPA, 2013).

As pequenas propriedades familiares podem maximizar seu aproveitamento econômico com o emprego de técnicas mais apuradas de produção e gerar grandes benefícios econômicos e sociais ao País: aumento da renda familiar e da oferta e, conseqüentemente, dos níveis de emprego e da fixação do homem ao campo (BEZERRA e SCHLINDWEIN, 2017).

Apesar de ser considerada prospera, a atividade da bovinocultura de leite encontra desafios e fatores que limitam seu desenvolvimento e estão relacionados com os aspectos geopolíticos e sociais de cada região, mas podem ser assim sintetizados: a) condução da atividade de forma pouco profissional; b) unidade produtiva não é considerada uma empresa ou trabalhada com visão sistêmica; c) produtividade e rentabilidade baixa; d) baixa apropriação e uso de tecnologia ; e) limitadas políticas governamentais para o setor; f) canais de comercialização limitados e engessados; g) genética do rebanho deficiente; h) desorganização da cadeia produtiva; i) baixo e instável preço de produto ; j) falta de assistência técnica; k) dificuldade de abertura e acesso a mercados; l) escassas linhas de financiamento e incentivo fiscal; m) fiscalização dos órgãos competentes inexpressiva a demanda; e n) geração de renda mensal insatisfatória (ROCHA et al. 2010).

Além destas, a atividade na pecuária de leite segundo Baroni (2008) é considerada de elevada complexidade pois envolve uma relação dinâmica entre o homem, solo, água, planta, ambiente e animal. A rotina exigida exige uma mão de obra bastante peculiar e bastante comprometida, haja vista que o trabalho é considerado como altamente laborioso.

Neste aspecto, Ulbricht (2007) afirma que as pessoas responsáveis por executarem estas tarefas, mesmo após o advento das mais diversas máquinas que auxiliam nas atividades, ficam sujeitas a riscos inerentes deste trabalho em destaque as doenças zoonóticas, coices, cabeçadas ou outras diversas formas de perigos, como: níveis de ruídos constantes, contato com produtos químicos de limpeza, etc. É comum, segundo Ulbricht e Gontijo (2003), o acometimento

de doenças musculoesqueléticas nas pessoas incumbidas destas tarefas além de afecções de caráter psicocomportamentais devido a sensação “de prisão” as obrigações rotineiras da atividade

De fato, Dedieu et al. (2000) descrevem que além das reclamações envolverem os esforço físico outro agravante é a rotina. O produtor tem que cumprir tarefas repetidas diariamente que não podem ser postergadas, entre elas a ordenha, a alimentação dos animais, higienização dos utensílios, entre outras. É justamente nesta sequência impostergável das obrigações que estão focadas grande parte das reclamações, pois segundo os próprios produtores via de regra impossibilita ou dificulta as atividades a serem executas longe das propriedades, dentre elas as relacionadas ao lazer.

Neste contexto de situações distintas, onde ora a atividade apresenta-se como economicamente próspera e cheia de possibilidades de desenvolvimento, outrora contrasta com as reclamações dos afazeres diários dos produtores principalmente aqueles envolvidos na agricultura familiar, restam dúvidas e apreensões quanto o prosseguimento das atividades.

3.2 O leite no cenário da agricultura familiar

A produção leiteira tem sido historicamente uma das principais atividades agropecuárias de execução nas pequenas propriedades. Devido à sua grande importância, pode ser elencado, sem qualquer receio, como um dos produtos de maior importância e de mais significativa relação com a cultura e a economia familiar, e por isso é tema de diversos trabalhos e preocupação crescente, apesar de ainda deficitária nas políticas públicas brasileiras (PERACI, 2007)

No contexto contemporâneo, o leite ocupa um papel importantíssimo, seja pelo aspecto da produção de alimentos em si ou ainda pela geração de renda nas classes de menor poder aquisitivo do meio rural. Mais especificamente a produção de leite em pequenas propriedades serve como fator de relevância para que o pequeno produtor rural possua uma fonte de renda e seja, muitas vezes, o principal sustento da família (STOFFEL e TRENTIN, 2016).

Sabendo desta importância Leite e Monteiro (2003) afirmam que a cadeia produtiva do leite brasileiro tem na produção familiar seu maior segmento,

considerando-se o número de estabelecimentos. Os produtores familiares são, principalmente, produtores com pequeno volume de leite, muitos dos quais produzindo menos de 50L/dia e muitos deles somente para subsistência. Os mesmos autores ainda reiteram a grande importância desta atividade na composição da renda familiar onde proporciona maior liquidez dos investimentos, notadamente em animais, fluxo de caixa devido aos recebimentos mensais da produção de leite, além de importante fonte de alimento para a família, notadamente as crianças.

Uma das principais reclamações dos produtores é o valor pago pelo litro e até mesmo a forma de pagamento que bonifica a quantidade produzida, em suma, paga mais para os grandes produtores. De fato, a análise histórica da economia agrícola brasileira mostra que a atividade leiteira foi a mais penalizada pelas políticas públicas. Os efeitos provocados pelo tabelamento de preços, ainda estão vivos na lembrança do produtor. Assim, a atual situação tem muito a ver com as políticas públicas que discriminaram essa atividade, que vão desde a aplicação de taxas elevadas ao setor até a facilitação das importações por preços inferiores aos praticados no país (DALCIN et al., 2008).

Assim, sabendo que a atividade leiteira é típica de pequenas propriedades, ela tem características culturais bastante particulares onde, segundo Brumer (2004), há uma nítida divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente desenvolver serviços que requerem maior força física e o uso de maquinário agrícola, enquanto as atividades mais rotineiras mais leves ficam a cargo da mulher. Estas, por sua vez, além de executarem praticamente todas as atividades domésticas, comumente são incumbidas da atividade de ordenha e do trato dos animais menores. Todavia, diversas pesquisas no Brasil dão conta que as mulheres são identificadas como as principais responsáveis pelas tarefas cotidianas da produção de leite. No entanto, poucas são reconhecidas como produtoras rurais, mesmo quando gerenciam o processo de produção de leite e o homem gerencia a agricultura (DE GRANDI, 2000; PAULILO et al., 2000).

Neste ambiente, o jovem, filhos e filhas, são entendidos de maneira semelhante, não como produtores com poder decisivo e voz ativa na atividade, mas sim são vistos pelos pais como uma simples ajuda. E via de regra não recebem qualquer tipo de pagamento ou bonificação pelos serviços. Esta

característica marcante da atividade leiteira é apontada como uma das principais razões para que os jovens decidam não prosseguir na atividade.

Isto posto, Gaioski et al., (2008) consideram ser passível inferir que o incentivo à produção leiteira, juntamente com o apoio ao aprendizado de técnicas adequadas de produção, comercialização e diversificação ou ampliação da produção de derivados, e aprimoramento de aspectos culturais na divisão do trabalho, que englobam esse produtor específico, servem de ferramentas para assegurar o homem no campo, de forma que ele consiga melhorar suas condições de vida e opte a viver no campo em preterimento a migração para as cidades.

3.3 O êxodo e a juventude rural

O êxodo rural pode ser definido, conforme Abramovay (1998) como o abandono do campo e das regiões rurais, por parte da população que ali reside, migrando de seu território habitual em rumo, quase que invariavelmente, aos centros urbanos, geralmente alegando busca por melhoria na qualidade de vida.

Com este conhecimento, diversas pesquisas realizadas nas últimas décadas vem alertando para um alarmante estado de evasão rural. Assim, dados do IBGE (2010), demonstram que a população rural vem decrescendo expressivamente. Até meados dos anos 1940, o Brasil era um país agrário com predomínio da população no meio rural. Porém Santos (1993) afirma que, em busca de melhores condições de vida, a taxa de urbanização do país, que era inferior a 30%, começou seu processo de alavancagem. Desse modo, com o passar das últimas décadas a população rural tem diminuído significativamente, e um dos motivos para esse decréscimo é o desinteresse do jovem agricultor em permanecer no campo.

Observada esta tendência de emigração, mesmo em um ambiente considerado próspero - como é o espaço rural - algumas proposições surgem tentando justificar este movimento demográfico, em tese contraditório. Para maior compreensão a contextualização histórica agrária é fundamentalmente importante (CARVALHO, 2007).

Assim, é bastante difundida, e não somente entre os especialistas da área, a informação de que entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. A este patamar, poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Para entendimento deste fenômeno, deve-se retomar alguns anos ainda, mais precisamente o início da década de 1940, onde ocorre uma difusão do modelo Euro-Americano de modernização agrícola, onde os princípios predominantemente utilizados, propõem uma intensificação no uso de mecanização e produtos químicos para propulsionar o “desenvolvimento” rural (BARROS, 2014).

A Revolução Verde – que representa precisamente a culminação desta transformação mencionada– tem sido tradicionalmente associada à difusão internacional das chamadas variedades de alto rendimento, a partir da Segunda Guerra Mundial. “A alta produtividade e as variedades de culturas positivamente sensíveis ao uso de fertilizantes constituíram a inovação central da ‘Revolução Verde’, principal veículo para a transformação da agricultura do Terceiro Mundo por parte dos capitais agroindustriais multinacionais” como afirma Leff (2001).

Conforme aponta Barros (2014), imediata e progressivamente após a difusão destas tecnologias agrárias, inovadoras à época, aconteceu um fenômeno de desvalorizar da mão de obra, pois em um ambiente em que o trabalho braçal pode ser substituído por máquinas, implementos e defensivos agrícolas, a oferta de trabalho cai bruscamente forçando os trabalhadores que dependiam deste meio de ocupação a buscar novas alternativas, na maioria absoluta das vezes nos meio urbanos, gerando com isso um acentuado processo de êxodo rural, o que, conseqüentemente, alavancou os índices de desemprego urbano e as aglomerações periféricas nas cidades.

Os princípios determinantes dos processos de evasão agrária logo após a difusão da revolução verde, como explica Maia (2014) se embasaram basicamente na ausência, por parte dos pequenos agricultores, de condições para se modernizar no meio rural e, conseqüentemente, a impossibilidade de acompanhar o ritmo produtivo proposto por este novo cenário, resultando, conseqüentemente, na falta de competitividade. Assim, os agricultores que não puderam aderir a estas novas técnicas viram o volume produzido a nível nacional

ser catapultado a um novo patamar, gerando queda nos preços pagos pelo produto. Então, uma vez não podendo aderir a estas tecnologias, como sementes de maior produtividade e resistência a pragas, fertilizantes e defensivo químico, o produtor é atingido de forma negativa duplamente, pois passou a produzir comparativamente menos, e veria os preços despencarem, pelo excesso de oferta.

Estes fatos mencionados culminaram em um ambiente extremamente desfavorável, propiciando, ou induzindo por melhor dizer, um movimento migratório para cidades, às periferias em inúmeros casos, em busca de trabalho na indústria moderna, objetivando com isso melhorar as condições de vida. Este movimento, afirma Maia (2014), foi potencializado nas populações mais jovens (entre 20 e 29 anos) resultando assim, um substancial e repentino processo de envelhecimento das populações rurais.

Vale ressaltar que o êxodo rural não teve um único motivo, outros acontecimentos concomitantes contribuíram, mas sem dúvidas este momento histórico é considerado o principal determinante para a compreensão deste fenômeno demográfico migratório abrupto (CAMARGO e ABRAMOVAY, 1999).

Neste sentido, conforme explica Matos (2002), os princípios do equilíbrio dinâmico das populações podem explicar a desaceleração que o êxodo sofreu nas décadas seguintes, dos anos noventa até a virada do milênio, pois se inicialmente muitas pessoas foram habitar as cidades, conseqüentemente as oportunidades de trabalho e de prosperar neste cenário foram encolhendo. Logo, se é reduzida a oferta de emprego, a subsistência nesse ambiente é comprometida, levando os antigos moradores rurais a possuírem um padrão de vida inferior ao que detinham no campo. Logo, a atratividade para habitar as cidades, abandonando o campo, reduz. O desequilíbrio inicial com acentuado fluxo migratório aos poucos se corrige, diminuído consideravelmente a velocidade de abandono do campo em detrimento as zonas urbanas.

Todavia, nos dias atuais ainda constata-se um sentido migratório de mão única, acentuadamente de jovens. E nesse cenário vários fatores podem ser levantados junto a este mesmo grupo, que frequentemente relatam o que consideram como pontos negativos da vida campesina, resumindo-os nos itens que seguem: penosidade do trabalho, baixa renda, condições do serviço, dificuldades de acesso, falta de lazer, conflitos familiares, ausência de salário

fixo e não compartilhado ou controle total sobre ele e os fatores de atração urbana (KISCENER, 2015).

Nesta perspectiva um dos pontos invariavelmente levantados pelos jovens é a falta de autonomia nas atividades da propriedade. Os filhos, que seriam sucessores naturais, tomando o comando e o controle da unidade e do processo produtivo acabam, frequentemente, tendo pouca representatividade nas decisões tomadas. Não que sejam furtivos a darem suas opiniões, protestarem, objetarem, proporem mudanças e aprimoramentos. Pelo contrário, por terem considerável contato, devido a maior facilidade de acesso as informações, com novas tecnologias e conhecimentos não raro costumam se posicionar a respeito das atividades nas propriedades (KUHN, 2016).

O problema, conforme relatam os próprios jovens, suas opiniões não são consideradas no processo de tomada de decisões. Os progenitores, preferem ouvir orientações de pessoas de fora do ambiente familiar, por vezes menos capacitados que os filhos, ou simplesmente seguir informações de bulas e receitas dos produtos adquiridos. Ainda, conforme Lizarazo e Thomaz (2016) a mudança para o território (entendido como lugar onde ocorrem as relações sociais de poder) urbano, está atrelado às interseções da condição de ser filho de agricultor (e suas múltiplas realidades individuais, familiares e coletivas), com o trabalho subordinado à hierarquia da divisão familiar do trabalho.

Rodrigues e Soares (2008), reiteram que os jovens, motivados pelo conhecimento e pela possibilidade de melhorar o meio em que vivem não aceitam este determinismo nas tomadas de decisões, isto gera, quase certamente, um conflito familiar. Este fator, associado as condições de trabalho braçal e a atratividade que a vida urbana representa para os jovens acaba impregnando nos filhos um sentimento de subestimação e de pouca valia na propriedade, sendo apenas mão de obra. Desta reflexão até a decisão de procurar maior autonomia sobre suas ações no ambiente urbano é fruto de lógica dedução, o que conseqüentemente acaba impulsionando o êxodo e interrompendo o processo natural de sucessão familiar.

3.4 A atividade no campo e a família

A família é considerada um dos principais, se não o principal, eixo da sociedade, pois desempenha um papel central na economia do País, como fonte de produção doméstica, criando economias de escala para as pessoas que vivem juntas. É, também, a base fundamental da redistribuição de recursos entre os indivíduos e uma fonte de solidariedade para seus membros. A família é ainda considerada a primeira fonte de proteção e segurança contra as dificuldades, oferecendo identidade, permitindo a construção de relações de amor, carinho e desenvolvimento para seus membros, além de formar o núcleo de muitas redes sociais essenciais para a sobrevivência (PEREIRA, 2016)

É neste ambiente em que as famílias habitantes das zonas rurais abrem mão de seus esforços para poder garantir o seu sustento, caracterizando o que conhece-se como agricultura familiar. Todavia, segundo Foguessatto et al. (2016), conceituar o termo agricultura familiar não é tarefa das mais fáceis, já que este conceito possui inúmeros entendimentos. Mesmo assim, pode-se dizer que a agricultura familiar é a ideia de uma identidade entre a família e a exploração na qual os gestores da propriedade são também os próprios trabalhadores rurais. Além disso, há como requisito de ter sua área com tamanho máximo de quatro módulos fiscais, sendo, então, considerada uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados (BRASIL, 2006).

Nesta mesma linha, Veiga (1996) afirma que “a versatilidade da agricultura familiar se opõem a especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal”. Assim, as vantagens deste meio de produção consistem na diversificação na unidade produtiva. Neste meio as atividades de produção exercidas no estabelecimento dependem de relações interfamiliares bastante características deste segmento.

O trabalho rural familiar segundo Abramovay (1998), é muito importante na produção de alimentos e como fonte de renda. Corroboram com isso os dados do Censo Agropecuário Brasileiro de 2006, o qual indicou que os estabelecimentos considerados familiares representavam 84,4% do total,

ocupando cerca de 30% da área dos estabelecimentos agropecuários, demonstrando sua importância para a economia brasileira, na produção de alimentos diversificados, como o leite, mandioca, feijão, entre outros produtos voltados geralmente para o mercado interno. Justamente ao contrário da agricultura patronal praticada principalmente em grandes propriedades onde há quase que exclusiva dedicação a monocultura para fins de exportação.

Assim, conforme afirma Ehlers (1999) a agricultura familiar contrapõe-se à agricultura patronal, caracterizada pelas grandes propriedades e pelo emprego da mão-de-obra assalariada ou volante. Esse fato é confirmado com o maior desenvolvimento verificado nos municípios onde a agricultura familiar é bem desenvolvida, pois o potencial de manter postos de trabalho já existentes ou gerar novos postos de trabalho é muito maior na agricultura familiar do que na patronal. Ainda, de acordo com Tedesco (2006), os agricultores familiares produzem mais do que o dobro de riqueza por unidade de área do que o agricultor patronal, mesmo assim tem seu prosseguimento colocado em cheque por não conseguir mais repor a mão de obra, principalmente pelas dificuldades da realização da sucessão no leito familiar.

3.5 A sucessão geracional na agricultura familiar

As discussões e problematizações propostas a respeito do sucessão rural invariavelmente vem de encontro as questões relacionadas ao êxodo rural, haja visto que são intimamente relacionados e por vezes as discussões proposta a respeito de um e de outro acabam vindo de encontro em diversos momentos sobre seus efeitos e causalidades. Assim, para não tornar pleonástico e excessivamente extensa esta reflexão, tomar-se-á como predileção a argumentação sobre a sucessão familiar somente aquilo que não foi abordado nas questões do êxodo e da juventude anteriormente mencionadas e que são fundamentais para um breve entendimento do assunto.

Com este entendimento, sabe-se que a temática da família sempre foi preocupação de demógrafos, sociólogos, antropólogos e historiadores. As mudanças que têm ocorrido no seu interior, quanto a sua forma de organização e níveis de reprodução, têm sido observadas e apontam para uma diversidade

maior em relação aos tipos de famílias. A esperança de vida aumenta cada vez mais, mas, por outro lado, as taxas de fecundidade diminuem. As famílias atuais passam a ter mais avós e netos. Os arranjos familiares são menos tradicionais, cresce o número de uniões consensuais e, com o aumento dos divórcios, há também um crescimento significativo das famílias reconstituídas, nas quais os filhos podem ser apenas de um dos cônjuges (PEREIRA, 2016).

A complexidade da integração rural-urbana, industrial-agrícola, de diferentes valores e formas de sociabilidades, de integração aos mercados, de organização, fazem parte da conformação atual, do padrão de fazer agricultura que vigora intensificado dentro do sistema capitalista, especialmente a partir da década de 1970. Desta forma, há indícios de problemas com sucessão, que vem se perdurando a quase meio século, conforme apontam estudos de Carneiro (2006), Silvestre et al (2001), Mello et al (2003), Brumer e Anjos (2008), Kiyota, Perondi e Vieira (2012) entre outros e que justificam a necessidade de aprofundar as pesquisas nesse tema.

Um dilema que afeta a vida dos jovens rurais é a sua permanência ou não no meio rural, sucedendo as atividades de seus pais. Nas cidades, conhecidas como centros de absorção, conforme destaca Ravenstein (1980), diversos são os fatores sociais e econômicos que causam atratividade desse ambiente, fazendo na maioria das vezes com que a juventude tenha preferência por migrar a estas localidades, deixando o campo cada vez menos populoso e conseqüentemente dificultando o estabelecimento da linha sucessória.

Para fins de padronização, segundo Conjuve (2013) a juventude é o período cronológico que faz parte do desenvolvimento do homem em todos os seus aspectos e de acordo com a Lei federal 11.129/2005, que criou a Secretaria e o Conselho Nacional da Juventude, considera e classifica o jovem como pertencente ao interstício que vai dos 15 aos 29 anos, segmentada da seguinte maneira: entre 15 e 17 anos “jovens-adolescentes”; de 18 a 24 anos “jovens-jovens” e com 25 a 29 anos são identificados como “jovens-adultos”.

É nessa fase da vida que se tomam escolhas importantes pensando no futuro. Mas, conforme Oliveira (2006) o desapego e o desinteresse da maioria dos jovens em permanecer no campo, fazem com que em muitos casos, uma parcela deles, escolha migrar do meio rural, na esperança de encontrar melhores

condições sociais e econômicas nos centros urbanos. Dessa forma a sucessão geracional torna-se cada vez mais um desafio.

A problemática entre ficar ou sair do meio rural gera indecisão principalmente para estes indivíduos mais jovens. O questionamento por parte da juventude, sobre a condição social e econômica na agricultura familiar são fatores que influenciam os jovens a migrarem para os centros urbanos (STROPASOLAS, 2011).

No entanto, com o passar do tempo o desafio da sucessão geracional na agricultura familiar vem se agravando, devido ao desinteresse ou impossibilidade da maioria dos jovens em tornarem-se administradores. Com a renúncia da maioria deles em administrar as atividades realizadas no campo, nos últimos anos o tema relacionado a continuidade do meio rural familiar vem se tornando cada vez mais, objeto de estudo em diversas regiões do Brasil.

A respeito disso Brandt, Lago e Drebes (2011) afirmam que a sucessão pode ser entendida como um processo endógeno na propriedade rural, onde na teoria, pelo menos um dos filhos sucederá o pai na administração das atividades na propriedade. Melo et al. (2003), retratam o processo sucessório na agricultura familiar como sendo articulado em torno da figura paterna, sendo ele o responsável em definir quando passará o controle da propriedade para a geração seguinte. Complementarmente, Stropasolas (2006) define como processo sucessório na agricultura familiar, a transferência de poder e a transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural.

Ao discutir suas pesquisas Spanevello (2008) destaca como padrão sucessório predominante na região sul do Brasil, a denominada “sucessão tardia”, que nesse caso, a transmissão dos bens patrimoniais ocorre ao final da vida dos pais (morte dos progenitores), ou ainda, quando estes estão incapazes física e mentalmente de gerirem a propriedade. Esta característica acaba muitas vezes não apenas acabando com a sucessão, mas também com a história rural desta família, pois na impossibilidade de encontrar um descendente disponível após tantos anos para assumir as tarefas, a propriedade acaba sendo negociada, pondo um ponto final na trajetória campestre da família.

A falta de interesse ou a inviabilidade por parte dos jovens, em suceder seus pais na permanência no campo é motivado por diversas razões. Para Brandt, Lago e Drebes (2011) as condições de incerteza e a grande penosidade

na atividade rural e projetos profissionais nas cidades são os principais fatores que contribuem para o chamado “abandono rural” por parte dessa faixa etária, transformando o campo em um ambiente menos populoso, comprometendo em todas as etapas a continuidade das atividades agrícolas no meio rural. Transformando, ainda, em um território envelhecido, masculino e com pouca inovação (CARVALHO, 2007).

3.6 Os assentamentos rurais e sua relação com a sucessão

A luta pelo acesso à terra no Brasil é uma questão histórica, com inúmeras e infrutíferas tentativas por parte de quem deseja nela trabalhar e sobreviver. A reforma agrária, diretamente ligada a estas pretensões em território nacional não teve efetivação real, como ocorreu em diversos dos chamados países centrais, ao contrário, encontrou e encontra inúmeras dificuldades (MOREIRA, 2013).

O problema agrário teve sua gênese no país, no exato momento que se iniciou a colonização portuguesa, de onde as consequências perduram até os dias atuais. A posse da terra, se assim puder ser chamada (considerando que este conceito era absolutamente abstrato aos nativos) pertencia aos povos indígenas e com a chegada dos portugueses foi negada, passando a ser pertencentes à Coroa. Posteriormente estas terras foram distribuídas pelo rei para domínio de determinadas pessoas, na prática da criação das sesmarias, fornecendo os fundamentos para a constituição da propriedade escravagista e latifundiária, uma vez que poucas famílias foram donatárias das terras (STÉDILE, 1996).

Só em 1850 foi criada a primeira legislação para regular a questão agrária no país. A chamada “Lei de Terras” que permitia a propriedade privada da terra, desde que o interessado pagasse à Coroa. Com isso, as pessoas mais abastadas puderam regularizar sua propriedade perante o Cartório de Terras diferentemente dos colonos que não tiveram essa condição, muito menos os negros (libertos poucas décadas depois). Segundo Moro (2002) a Lei garantiu o controle de vastas extensões de terras, tornando-se um mecanismo de manutenção dos direitos da grande propriedade, mas, além disso, também

estabeleceu critérios e medidas que impuseram ao trabalhador livre a submissão às grandes propriedades.

Desde a Constituição as leis não favorecem a luta agrária, ademais, o problema não está só nas legislações, o executivo brasileiro não demonstrou grande “simpatia” pela reforma agrária, ao contrário, promoveu repressão às lutas nos acampamentos governo após governo, sendo notada uma pequena mudança a pouco tempo e a custas de muita reivindicações (RESENDE; MENDONÇA, 2004).

A luta pela terra é composta por diversos atores sociais, contextos regionais e períodos distintos na história, as mobilizações em torno da questão agrária no Brasil estão relacionadas principalmente à luta por uma reforma na estrutura agrária do país. Assim, as alterações na estrutura fundiária brasileira são sensíveis a pressões sociais fruto das organizações de povos tradicionais, de famílias agricultoras, ou de agricultores despossuídos que constituem movimentos sociais. Dentre estes últimos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este se materializou fruto de uma construção histórica e política que conduziu sua formação no ano de 1984. Atualmente, se organiza por todo o território brasileiro, através de inúmeras ações relacionadas à reforma agrária e às famílias agricultoras.

Dentre as ações desenvolvidas neste contexto estão as criações de Projetos de Assentamentos rurais, que podem ser entendidos como “[...] o tipo de ocupação do espaço rural que dá lugar à construção de atividades rurais de cunho familiar (individual e coletivo)” (FILIPPI, 2005, p. 03).

Por não haver um plano nacional efetivo de distribuição de terras, estas experiências locais não conseguem repercussão ou mudança para a estrutura fundiária e agrária do país, apesar de significativas no espaço sócio-territorial em que se inserem. Os assentamentos têm sido um paliativo destinado a responder imediatamente aos conflitos protagonizados no campo entre sem-terras e grande proprietários, realizados de forma extremamente lenta e burocratizada.

As motivações que geram impactos no assentamento e seu entorno podem estar associadas ao nível de organização política e social, tornando possível outro estágio de organização econômica e produtiva proporcionado pelos assentados (LEITE, 2010). Outra razão para a geração de modificações regionais, refere-se à redistribuição do fator de produção (terra) como potencial

criador de “efeitos multiplicadores” na economia local ligada ao assentamento. Dentre elas, a diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e as mudanças tecnológicas, são aspectos que elevam a renda dos assentados.

Modificações mais profundas e estruturais também podem ser desencadeadas pela organização e efetivação dos assentamentos. Como as referentes as questões de gênero e emancipação das mulheres. Considerando os impactos econômicos positivos resultados dos assentamentos, existe a criação direta e indireta de empregos, o aumento da oferta de alimentos e matérias primas para o mercado interno, a obtenção de divisas e o aumento da arrecadação tributária (GONÇALVES, 2004).

Como impactos sociais da instalação de assentamentos, poderiam ser consideradas a melhoria na qualidade de vida, uma teórica redução da imigração rural-urbana, a diminuição dos problemas urbanos decorrentes do crescimento das cidades, a queda de mão de obra desempregada das cidades, a maior estabilidade familiar e a manutenção de manifestações culturais do meio rural (SPAROVEK, 2003).

Apesar de sua importância social, econômica e cultural, existem muitas críticas a respeito da maneira como a reforma agrária é praticada na formação dos assentamentos. Segundo estudos de Petinari et al. (2008), os motivos que levam os jovens a abandonarem o campo e, assim, não trabalharem com suas famílias, migrando para os centros urbanos, devem-se, em parte, ao tamanho das propriedades, que geralmente são pequenas, nos assentamentos.

Neste sentido, se o tamanho do lote recebido no assentamento é limitado ao desenvolvimento e a sobrevivência de uma família, dividir com os filhos para ambos residirem na mesma área é quase improvável. Por outro lado os filhos não esperam o momento em que os pais fiquem idosos e transfiram o poder decisório para eles, pois tem pretensões e objetivos de vida a serem buscados. O que percebe-se nos assentamentos, onde não há definição clara da forma de proceder para sucessão, é um estímulo dos pais para que os filhos saiam da propriedade e busquem novas formas de vida, quase sempre para trabalhar de empregados nas cidades, rompendo, na maioria das vezes a possibilidade da sucessão familiar das atividades ali desenvolvidas (SPANVELLO, 2008)

3.7 Rio Bonito do Iguaçu

3.7.1 - Aspectos geográficos

O município de Rio Bonito do Iguaçu situa-se na região intermediária de cascavel e imediata de Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná (Latitude 25 ° 29 ' 26 " S Longitude 52 ° 31 ' 33 " W), teve sua emancipação administrativa consolidada no dia 19 de março de 1992 quando foi promulgada a Lei Estadual nº. 9.907, elevando o até então distrito de Rio Bonito para o posto de município, desmembrando-se de Laranjeiras do Sul. O nome do distrito e posteriormente do município "Rio Bonito do Iguaçu", teve origem no fato de ser banhado em grande parte pelas águas do Rio Iguaçu, um dos principais afluentes do Rio Paraná (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU, 2002).

Atualmente o município ocupa uma área de 746,123km² de extensão e uma população de aproximadamente 13.283 habitantes, estando no ano de 2010 10.339 pessoas residindo no meio rural e apenas 3.322 no meio urbano (IBGE, 2010), o que justifica e configura a característica de sua economia ser baseada fundamentalmente na agricultura e na pecuária.

Neste sentido, vale destacar a considerável capacidade produtiva da região, onde predominam regiões de relevo ondulado a fortemente ondulado com solos originários do basalto, com ocorrência de solos litólicos (Ra e Re), latossolos (LB e LR), terras roxas (TR), terras brunas (TB) e cambissolos (C). Os solos litólicos, mais comuns na região, ocorrem em áreas de relevo ondulado, são férteis, porém rasos e pedregosos, o que propicia o desenvolvimento de pastagens para produção de bovinos de corte e leite (CONDETEC, 2004)

Segundo a classificação de Köppen, na região ocorre o clima subtropical ou mesotérmico superúmido, sem estação seca bem definida com verões que variam de amenos a quentes, com presença de verão e inverno bem definidos e baixa ocorrência de geadas, com temperatura média anual de 18,5°C (com média máxima anual igual a 25° C e média mínima anual de 15°C) (GALERA, 2009).

No que se refere a pluviosidade, a região conta com um regime de chuvas que varia de 1.800 a 2.000 mm/ano, bem distribuídas durante todo o ano. A

evapotranspiração potencial na região varia de 900 mm a 1.200 mm/ano o que resulta em um balanço hídrico positivo, ou seja, a evapotranspiração potencial é menor do que a precipitação anual resultando num superávit hídrico (IAPAR, 1996)

Todas estas características afirmam a potencialidade do município na produção de leite, onde as pastagens implantadas nos terrenos irregulares, difíceis para a produção de grãos, se desenvolvem bem devido a boa distribuição de chuvas e temperaturas favoráveis. Nos períodos frios é frequente a produção de pastagens anuais para preencher o “vazio forrageiro” propiciado pelas forrageiras perenes de verão, muito comuns nesta região.

3.7.2 – Organização sócioprodutiva do município

O Município de Rio Bonito do Iguaçu possui, segundo informações da Emater (2016), 2.175 propriedades rurais ocupadas distribuídas entre micro e pequenos produtores, sendo destas 650 com origem de agricultura tradicional e 1.527 de Assentados da Reforma Agrária. Ou seja, quase 70% das propriedades do município estão alocadas em assentamentos da reforma agrária, o que proporciona uma característica e uma dinâmica de produção bastante peculiar a cidade.

Neste mesmo sentido, reafirma-se a atividade agropecuária como principal setor da economia municipal, pois cerca de 75,7 % da população reside no meio rural (EMATER, 2016). Mais que isso, o município se destaca pela representatividade da Agricultura Familiar no município, onde 97,25% do número total de propriedades possui até 50 ha, sendo um dos requisitos que define este grupo (IBGE, 2018)

Todavia, os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2018) demonstram que a taxa de crescimento rural no município é de -1,41 %, ou seja, há um decréscimo constante (retração) da população que habita o meio rural. Ao passo que o meio urbano cresce a uma taxa de 5,87 %, perfazendo uma média geral de - 0,09 %, resultando desta forma numa redução da população do município anualmente.

Estes dados apresentados em relatório pelo IPARDES, em março de 2018, chamam a atenção para dois fatores, que de certa forma endossam a

relevância da problemática proposta por esta pesquisa. O primeiro é a desocupação do campo, principalmente em decorrência do êxodo rural, que é um problema que vem sendo percebido e levantado em todo o país, levantando sérios questionamentos quanto aos problemas de sucessão produtiva e familiar. Outro ponto a ser aprofundado são os agravantes da retração da população geral do município, que leva a discutir a falta de atratividade e emprego no meio urbano do município, assim o indivíduo que abandona o meio rural depara-se com uma cidade com excedente de mão de obra e acaba tendo que buscar emprego em outras cidades ou estado, abandonando por vezes suas raízes, suas perspectivas locais e não raro traços fundamentais de sua cultura.

3.7.3 – Os assentamentos em Rio Bonito do Iguaçu

Como já mencionado anteriormente, encontra-se no território do município uma grande sede da conquista pela terra, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Mais precisamente Rio Bonito do Iguaçu, abriga a maior área reformada do sul do Brasil, com 3 assentamentos Rurais, que são eles: 10 de Maio, Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, que juntos representam 27.982 hectares (GALERA, 2009).

Com a formação destes assentamentos ocorreram profundos impactos na dinâmica social, cultural, política e econômica do município. A população saltou, repentinamente, de pouco mais de 6.000 para cerca de 20.000 habitantes, movimentando não somente o local mas também toda a região (HAMELL; SILVA e ANDREEATTA, 2007).

Reiterando a importância dos assentamentos para a compreensão do que é hoje o município basta salientar que a data de ocupação da área, que mais tarde seria desapropriado para alocar os até então trabalhadores sem terras, é reconhecido como um feriado municipal, onde se faz tamanha festividade quanto ao aniversário de emancipação político/administrativo.

A origem dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire foi numa ocupação de terra realizada no dia 17 de Abril de 1996, com a participação de mais de 3 mil trabalhadores sem-terra, a maior dentre as registradas no Brasil. Após esta ocupação os camponeses ficaram acampados por 2 anos, até que acontecesse a desapropriação e repasse ao Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária - INCRA. O latifúndio cedia lugar à agricultura camponesa e novas formas de vida e produção começavam a serem efetivadas neste território. O processo de conquista destes assentamentos concretizou os objetivos e o caráter territorial da reforma agrária, já que com a criação dos assentamentos rurais o latifúndio e o agronegócio são desterritorializados e novas relações sociais passam a ser desenvolvidas neste espaço.

Para maior compreensão do que foi a conquista por estas terras, um breve recorde dos acontecimentos será relatado. Assim, tem início no ano de 1996, uma grande transformação local com a chegada de aproximadamente 3.000 famílias que totalizavam aproximadamente 13.000 mil pessoas, que se integraram ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e que permaneceram acampadas nas margens da BR-158, vivendo em barracos de lona improvisados, onde enfrentaram inúmeras dificuldades e necessidades.

O objetivo da conquista era a posse da empresa Giacometti Marodin, o maior latifúndio da região Sul do país naquele momento, a qual possuía 83 mil ha e se estendia pelo território de 4 municípios, tendo como principal atividade produtiva a exploração madeireira. Por causa disso, muita desconfiança e medo existia por parte dos homens e mulheres que integravam esse grupo, pois já no ano de 1980 os camponeses haviam tentado ocupar as terras desse latifúndio, todavia, imediatamente houve a reação dos latifundiários, que contavam com o apoio de jagunços e de milícias da Polícia Militar paranaense.

Sobre a fracassada ocupação de 1980, Fernandes (1999, p. 55) relatou: “Foi uma operação de terror: rajadas de metralhadoras por sobre a cabeça das pessoas deitadas; amarraram outras em árvores e torturaram”. Naquele momento não obtiveram êxito e foram despejados, mas ficou a marca, tanto nos corpos de muitos trabalhadores como em suas mentes. Do decreto de desapropriação não se falou mais, o Incra não se manifestou. Diante do cenário de desamparo total, por partes das autoridades, restava uma única alternativa: a área teria que ser conquistada pelos camponeses.

Passados 16 anos da primeira ocupação realizada no latifúndio, em 1996 seria gerada uma conjuntura que possibilitaria novamente a ação dos sem-terra neste território. Em março daquele ano, nas margens da BR-158, nos municípios de Saudade do Iguazu e Laranjeiras do Sul, são formados dois grandes acampamentos onde seria criado o espaço político que posteriormente

possibilitaria a ocupação. No mês de abril, as cercas de 13 mil pessoas, saem em marcha rumo ao latifúndio, vindo, finalmente a ocupá-lo (COCA, 2013)

Ocorria assim, uma gigantesca ocupação de terras, a de maiores proporções já registrada no Brasil. Com a ocupação um novo momento de luta pela terra se inicia, no caso a instalação do acampamento. As famílias que participaram da ocupação da fazenda da Giacomett Marodin passaram a morar no acampamento “Buraco”, que ficava instalado nas margens da BR158, junto ao rio Xagú e próximo à sede da fazenda (GALERA, 2009)

No dia 16 de janeiro de 1997 os camponeses Vanderlei Neves e José Alves dos Santos, que estavam acampados à espera da desapropriação da área foram assassinatos brutalmente. Esse fato ganhou considerável repercussão midiática, forçando o Governo Federal a desapropriar 16.852 hectares que deram origem ao Ireno Alves dos Santos, apenas um dia depois, onde foram assentadas 900 familiar. As 606 famílias excedentes foram assentadas no Marcos Freire em novembro de 1998 em uma área de 10.095 hectares (COCA, 2013).

Atualmente, já com duas décadas de existência os assentamentos de Rio Bonito do Iguaçú, estão bem consolidados e estruturados. As famílias que se adaptaram e persistiram começaram receber os títulos das terras ao fim do ano 2017. Quase a totalidade das propriedades utiliza mão de obra exclusivamente familiar. Dentre as atividades a de maior incidência é a de produção de grãos notadamente soja e milho e de leite (CANTU, 2017).

3.7.4 - A atividade leiteira no município

A bovinocultura de leite é, indubitavelmente, a atividade que representa maior destaque no cenário municipal, de tanto que, segundo dados da Emater (2016), 1.656 propriedades desenvolvem esta atividade, seja como a única forma de gerar renda ou em regime de associação com outras fontes de rendimento. Este número representa, impressionantes, 76% de todas as unidades do município, ou seja apenas 24% das propriedades não tem produção de leite.

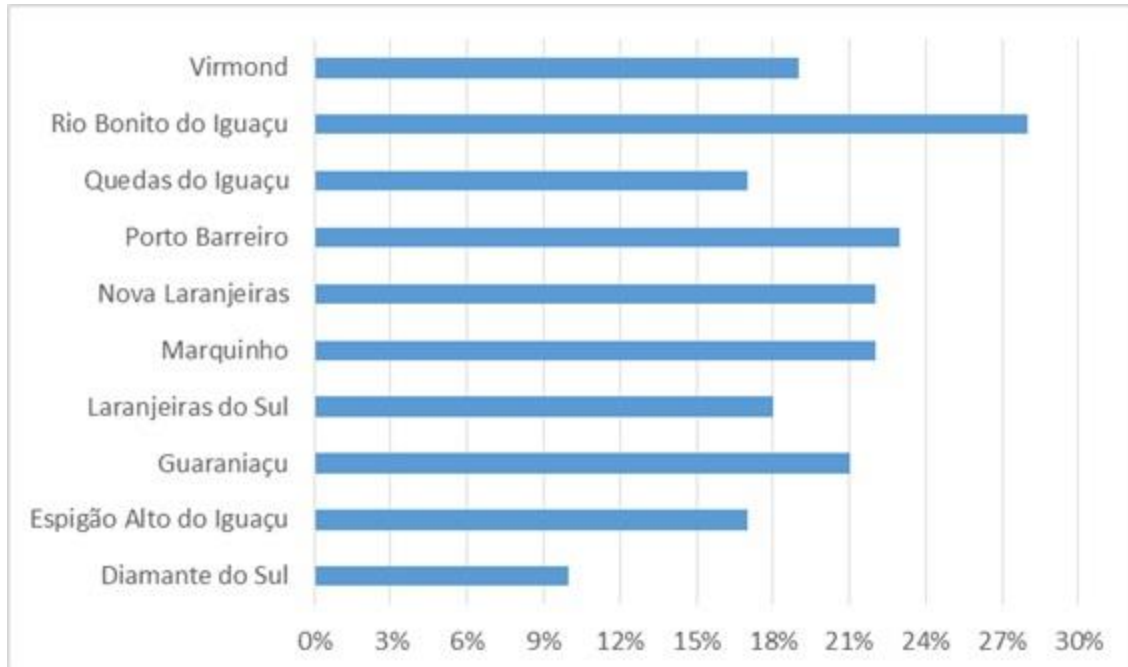
Complementando estes dados, endossando a importância da atividade para o município, segundo dados da SEAB (2016), a atividade foi responsável

por distribuir 69,2 milhões de reais diretamente aos produtores. Injetando, com isso, 5,76 milhões de reais mensalmente na economia local, que por sua vez contribui para o desenvolvimento de outros setores locais, como o comércio (SEAB, 2016a).

Ainda sobre a atividade, a produção em Rio Bonito do Iguaçu teve consistente aumento após a implantação dos assentamentos, elevando de 1.561.097 litros em 1996 para 15.691.000 litros ano em 2006, onde o senso agropecuário revelou que a produção nos assentados eram responsáveis por 54,97% dessa produção, a qual representa R\$ 2.899.000,00 de reais sendo gerados anualmente (IBGE, 2013).

Contudo, não é apenas a nível local que o município ganha destaque na atividade, segundo dados da SEAB (2016b), considerando toda a regional de Laranjeiras do Sul, que alberga dez municípios, o único em que o leite representa mais que 25% de todo valor bruto produzido é Rio Bonito do Iguaçu, conforme a imagem a seguir

Figura 1: Porcentagem da produção de leite e relação ao valor bruto da produção rural total do Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul em 2016



Fonte: SEAB, 2016b (adaptado)

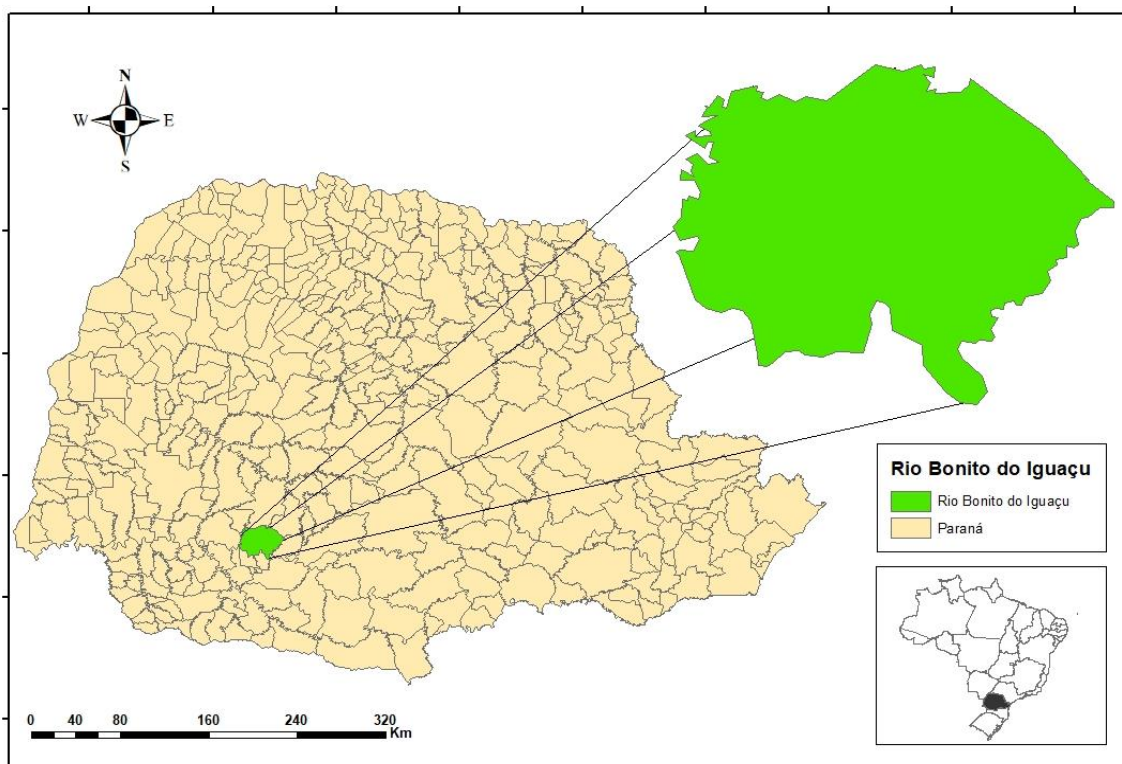
Chama atenção a representatividade do setor em Rio Bonito do Iguaçu, onde a atividade leiteira atinge 28% do valor bruto da produção rural, ou seja dentre todas as atividades e formas de renda do meio rural o leite sozinho

representa mais que um quarto de todo o faturamento. Muito dessa ampla distribuição da atividade no município é pelo fato das propriedades terem áreas pequenas, como ocorre nos assentamentos, propiciando o desenvolvimento desta prática em especial (EMATER, 2016).

4. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado no município de Rio Bonito do Iguaçu, que pode ser observado na figura 2, localizado na região Centro-Oeste do estado do Paraná (latitude 25 ° 29 ' 26 " S e longitude 52 ° 31 ' 33 " W). A escolha desta localidade para execução do trabalho, tem respaldo na expressiva participação do município a nível regional na produção de leite *in natura*, sendo considerado o município da Cantuquiriguaçu¹ onde o leite tem maior representatividade e impacto na economia do município e na organização social e cultural das famílias, segundo dados do Condetec (2014).

Figura 2 – Mapa do Paraná indicando a localização do município de RBI



Fonte: Bresolin, 2019

Para a execução das atividades, foram selecionadas 60 propriedades, onde estava sendo praticada a bovinocultura de leite e a força e organização do trabalho fossem majoritariamente executado pelos membros da família, além

¹ O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu - PR está localizado na região Centro sul e Sudeste do Paraná sendo composto por 20 municípios: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. O nome foi escolhido em virtude dos municípios associados se localizarem entre os vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu (CONDETEC, 2014)

dos demais critérios técnicos estabelecidos na lei 11326 de 24/07/06 (BRASIL, 2006)² que as caracterizassem como núcleos de agricultura familiar. A escolha da quantidade amostral, neste caso entendidos como propriedades a serem estudadas, foi determinado pelo cálculo de representatividade estatística proposto por Queiroz (2012) que configura uma representatividade mínima de 95% da população total.

A representação de propriedade por área a ser estudada e o recorte espacial que foram utilizados na pesquisa podem ser mais facilmente compreensível com a ajuda da Figura 3.

Os critérios de escolha consideraram o tipo de acesso e posse a terra, sendo, neste caso, dois grupos predominantes no município: 1- assentamentos de reforma agrária (que podem ser identificados na figura 3 contornado com a cor vermelha) e; 2- áreas de não assentados, que podem ser caracterizadas neste trabalho, conforme Favaro (2014), como Unidade familiar modernizada/convencional em território geográfico não originário de assentamentos de reforma agrária, que para os fins deste trabalho será designado doravante como agricultura convencional/tradicional (visto na figura demarcado pela linha de cor amarela). Essa diferenciação se faz pertinente e respalda o método seletivo pela existência de relevantes diferenças na forma de praticar a atividade leiteira entre estes dois grupos.

O número de propriedades a ser estudadas em cada um dos grupos foi embasado no tamanho da área e na quantidade de produtores que desenvolviam a pecuária de leite. Assim, conforme dados da Emater (2016) o município conta com 2175 propriedades, sendo que 650 são de agricultura tradicional e as 1527 restantes são provenientes dos assentamentos. Desta forma, propôs-se dividir o município em quatro subáreas. Na subárea 1 ficaram distribuídas apenas propriedades convencionais pois as 650 propriedades se aproximam de ¼ do total, e esta segregação tende a proporcionar maior homogeneização dos dados

² De acordo com a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006), são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares: (i) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e (iii) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.

obtidos. As outras três subáreas abrigaram a região dos assentamento e foram divididas em tamanhos semelhantes.

Figura 3- Mapa de Rio Bonito do Iguaçu apresentando as divisões realizadas na seleção das propriedades.



Fonte: Google Maps (2017). Adaptado

Como pode ser observado na Figura 3, todas as quatro subáreas foram divididas em 15 faixas territoriais de tamanho semelhante, de onde ocorreu a escolha inteiramente casualizada de uma única propriedade, totalizando 60. Esta maneira de seleção permite o mínimo de interferência do investigador na escolha das propriedades além de proporcionar uma avaliação homogênea em todo município, permitindo que todas as comunidades tivessem pelo menos uma propriedade avaliada.

Para a investigação foi utilizado um método misto, quantitativo e qualitativo. A utilização de uma metodologia qualitativa serviu como base principal do trabalho, conforme proposta por Minayo et al. (1994) para os estudos que tem caráter e embasamento nas ciências sociais, e se preocupam a um nível de realidade que não pode ser mensurado em valores numéricos. Esta técnica, tem enfoque em um universo de significados, motivos, aspirações, crenças,

valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

A pesquisa teve suporte, principalmente, pela técnica de entrevistas oral dialogada, as quais foram gravadas. Utilizou-se um questionário semiestruturado, que consta no “Apêndice A”, que serviu como roteiro tendo por base o objetivo central e os objetivos específicos. Foram ouvidos os responsáveis pela propriedade que se encontravam na localidade no momento da abordagem. Não foram considerados os relatos dos filhos, pois o número de entrevistados foi diminuto e portanto inferior ao considerado significativo para expressar a opinião deste grupo, desta forma, para efeitos de padronização, não foram usados estes dados como base de discussão, apesar de ter valia ao ajudar a compreender a realidade em determinadas circunstâncias das propriedades.

Para maior confiabilidade e segurança dos dados obtidos foi empregada conjuntamente uma metodologia da observação que permitiu, aproveitando a visita realizada em cada propriedade, observar a realidade encontrada podendo confrontá-la com os dados obtidos em entrevista.

A avaliação quantitativa foi empregada como uma forma complementar, auxiliando na interpretação e apresentação dos resultados, permitindo incorporar dados numéricos que permitem demonstrar com maior fidedignidade as informações encontradas e levantadas durante as entrevistas orais. Os dados foram extraídos das gravações e transcritos para planilhas de Excel 2013, com intuito de otimizar sua interpretação e quando conveniente, pra facilitar a visualização, foram gerados gráficos que estão dispostos ao longo do trabalho.

Ressalta-se que o presente estudo foi submetido e aprovado sem ressalvas pelo comitê de ética para pesquisas em humanos, geridos pela Plataforma Brasil, com numeração de registro 71396917.8.0000.0106, conforme Anexo I.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Cenários social, econômico e demográfico.

A análise das entrevistas, bem como dos dados obtidos, durante a pesquisa, sucinta uma grande variedade de problemáticas, percepções e particularidades no que refere-se à possibilidade ou a inviabilidade da sucessão rural nos estabelecimentos onde a atividade leiteira é desenvolvida. Assim, por se tratar de uma temática multifatorial, repleta de minúcias e peculiaridades, as discussões não permitem seu embasamento apenas em informações numéricas ou dados matemáticos, pois o assunto demanda um envolvimento e conhecimento profundo da realidade local e individual, devido à natureza sociológica e antropológica do estudo, conforme postulado por Minayo (1994).

Devidamente feita esta ressalva, os dados coletados, organizados e dispostos, nas várias tabelas e gráficos a seguir, podem e devem servir como uma ferramenta para melhor compreensão do cenário encontrado e da situação a ser discutida, não tendo o objeto de transcrever a problemática e sim, reiterando, servir de ferramenta para melhor compreensão das complexas situações envolvidas, onde a simples extração e interpretação dos números isolados deve ser evitada ou feita com reserva e prudência.

Isto posto, visando estabelecer uma linha inicial de reflexão, uma discussão sobre a estruturação dos domicílios e seus habitantes faz-se fundamental. Neste aspecto, Pereira (2016) afirma que a conformação familiar vem sofrendo constantes mudanças, principalmente quanto a sua forma de organização, onde têm sido observadas uma diversidade maior em relação aos “tipos” de famílias, influenciadas, entre outras coisas, pelo aumento da expectativa de vida, mas, por outro lado, diminuição das taxas de fecundidade. Isto proporciona que as famílias tenham mais avós e netos. Além disso, os arranjos familiares tornaram-se menos tradicionais e carregam consigo uma consequência sócio-cultural, uma vez que é neste ambiente que os princípios fundamentais dos indivíduos, futuros cidadãos e trabalhadores buscam guarida.

Neste aspecto, as informações sobre a estruturação familiar são consideradas ferramentas importantes para o conhecimento do comportamento social e cultural. Assim sendo, as Tabelas 1 e 2, que seguem, demonstram como apresentava-se a conformação demográfica nas propriedades onde foram realizadas as pesquisas do presente trabalho.

Tabela 1: Características sociodemográficas nas áreas de agricultura tradicional no município de Rio Bonito do Iguçu.

Propriedades	Nº habitantes na propriedade	Idade dos progenitores		Total de filhos	Jovens (16 – 29 anos) residentes
		Pais	Mãe		
1	2	62	59	3	0
2	3	31	26	1	0
3	5	61	56	3	1
4	2		74	6	1
5	3	42	42	2	0
6	3	73	73	8	1
7	2	56	53	2	0
8	2	43	35	3	0
9	2	58	53	3	0
10	4	41	46	3	1
11	3	33	33	1	0
12	3	48	48	3	0
13	5	58	54	3	2
14	3	40	38	3	0
15	2	51	48	2	0
Média	2,93	49,78	49,20	3,06	0,4

Fica evidente, com a observação dos dados acima, a idade elevada dos progenitores, indicando uma faixa etária média muito próxima ao cinquentenário. Nota-se nas propriedades tradicionais um percentual equivalente a 48,27% (14 dos 29 investigados) com idade igual ou superior aos 50 anos, concorrente a isto, apenas 6 (20,68%) abaixo dos 40 anos. Ao juntar os dados da Tabela 2, referente as propriedades de assentamento, obtém-se 45,21% (52/115) dos progenitores investigados com idade superior ou igual a 50 anos, sendo considerado igualmente elevados estes índices.

Quanto a idade dos progenitores observou-se uma média de 49,78 e 48,56 anos para os homens e 49,2 e 45,95 para mulheres nas áreas tradicionais e de assentamentos, respectivamente, perfazendo uma média geral de 46,8 para os mulheres e 48 para os homens.

Estes números corroboram com Carvalho (2007), quando o autor afirma que existe um rápido processo de envelhecimento da população, onde ao final do século vinte se consolidou em escala mundial, e muito bruscamente nas populações rurais brasileiras, especialmente nas duas últimas décadas. Desta

forma Beltrão et al. (2004) afirmam que esse processo é muito mais amplo do que uma simples modificação de proporções de uma determinada população, uma vez que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade e também a forma de trabalho por elas desenvolvidas. Portanto, ocorrem mudanças na forma de produção e organização rural que vão desde os aspectos produtivos até os aspectos associados a uma maior necessidade de rápida definição das questões que envolvem a sucessão rural.

A tabela 2, traz dados da mesma natureza, porém obtidos nas áreas de assentamento, e servirá como complemento as informações anteriores para uma mais cautelosa discussão.

Tabela 2: Características sociodemográficas nas áreas de assentamento no Município de Rio Bonito do Iguçu.

*Propriedades	Nº Residentes na propriedade	Idade dos progenitores		Total de filhos	Jovens (16 – 29 anos) residentes
		Pais	Mãe		
16	3	54	50	3	0
17	2	60	58	4	0
18	3	37	32	1	0
19	3	54	64	6	1
20	3	56	56	2	1
21	2	58	44	1	0
22	6	39	42	4	3
23	3	44	34	2	0
24	3	36	31	1	0
25	3	56	52	5	0
26	6	34	38	4	1
27	2	62	62	3	0
28	5	42	52	3	1
29	4	38	38	3	0
30	4	41	40	2	1
31	5	43	29	3	0
32	3	54	50	3	0
33	2	60	58	4	0
34	3	37	32	1	0
35	3	58	64	6	1
36	3	56	56	2	1
37	2	56	44	1	0
38	4	40	42	2	2
39	3	44	34	2	0
40	3	36	31	1	0
41	3	60	52	5	0
42	2	44		2	0
43	2	51	45	3	0
44	3	55	57	4	1
45	2	30	30	0	0
46	4	48	50	2	1
47	4	42	41	3	0
48	3	36	36	2	0
49	1	67		4	0
50	1		39	0	0
51	2	38		1	0
52	4	55	55	3	0
53	5	44	39	2	2
54	3	68	67	4	0
55	3	46	48	3	0
56	7	39	39	3	0
57	2	66	59	4	0
58	2	47	47	4	0

59	3	30	29	1	0
60	2	65	64	3	0
Média	3.13	48.56	45.95	2.71	0.36

*A contagem das propriedades se inicial em 16, haja visto que as 15 primeiras representam as investigações feitas em áreas que não eram assentamentos e são indicadas na tabela 1.

É possível observar na Tabela 2, onde encontra-se uma caracterização do cenário sociodemográfico das propriedades locadas nos assentamentos da reforma agrária, que o número médio de habitantes por propriedades foi de 3,13 indivíduos, já nas propriedades de agricultura tradicional este número foi menor, representando 2,93. Esta diferença existente entre as áreas de assentamento e agricultura tradicional pode ser explicada se levarmos em consideração o tempo de instalação das propriedades, que no caso dos assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu representa 21 anos, sendo oficializado em 1997 (HAMELL; SILVA e ANDREEATTA, 2007). Já as áreas de agricultura tradicional pertencem as mesmas famílias em média a 39,8 anos, segundo dados obtidos nas entrevistas. Ou seja, nos assentamentos as famílias são mais recentes e culmina com filhos mais novos, maior número de crianças, logo ainda residentes nas propriedades, elevando por consequência o número médio de habitantes.

Todavia, mesmo sendo maior o número médio de habitantes nas áreas de assentamento, ou usando por base a média geral das 60 propriedades investigadas, que resulta em 3,0 indivíduos por moradia, este resultado é inferior à média nacional representada por 3,3 habitantes divulgada pelo Ipardes (2016). Ou seja, estes dados são indícios do que vem demonstrando diversas pesquisas quanto a diminuição no tamanho das famílias que residem no meio rural (MAIA, 2014).

Outra inferência plausível é no sentido de explicar a menor média de indivíduos por habitação no meio rural justamente por causa do êxodo rural, desta forma ao sair das propriedades rurais e migrar para os centros urbanos a estatística é alterada duplamente (BARROS, 2014). Não é difícil pressupor que este fenômeno de migração seja o motivo que proporcione este valor de três indivíduos nas propriedades rio bonitenses investigadas.

Nesta mesma linha de reflexão, os dados do Ipardes (2016), revelaram que 26,97% dos domicílios de Rio Bonito do Iguaçu possuíam até dois habitantes. Já este levantamento encontrou 33,33% (20/60) dos domicílios nessa situação. Apesar de não ser determinante, este dado também pode ser

um indicativo das consequências do êxodo rural, pois os dados do IparDES consideram o município como um todo, sem discriminar entre rural e urbano, como é o caso desta pesquisa. Ou seja, comparativamente, as propriedades dedicadas a bovinocultura de leite abrigam maior quantidade de propriedades onde residem apenas dois indivíduos, geralmente o casal de progenitores, uma vez que para equiparar os dados do IparDES devem haver famílias mais numerosas residindo no perímetro urbano.

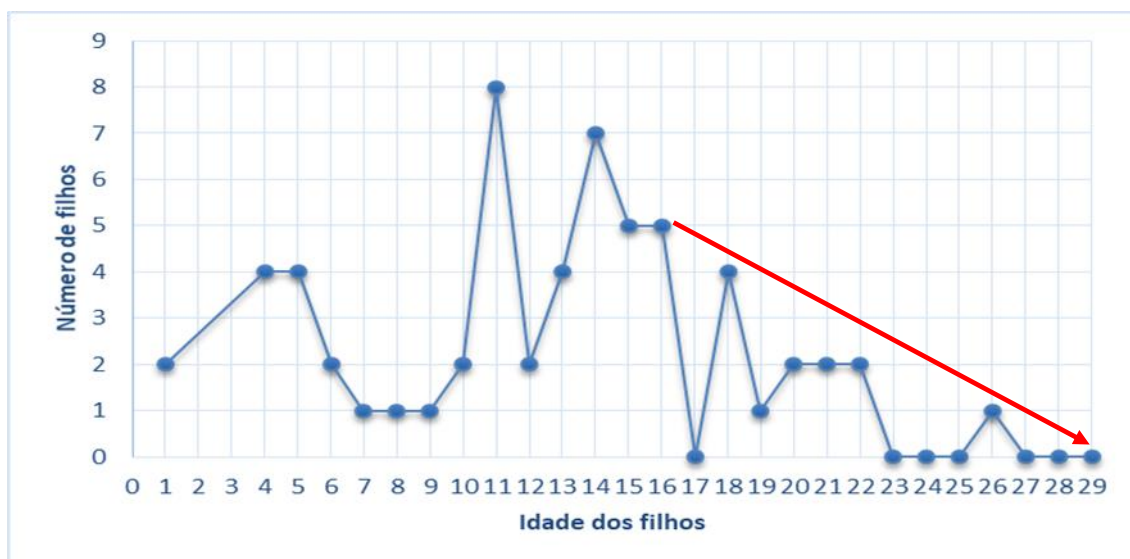
De qualquer forma, apesar deste levantamento não apresentar dados definitivos sobre a condição do município, e de fato não sendo esta sua pretensão, é preocupante considerar que no grupo amostral investigado pelo menos um terço das propriedades não existam outros indivíduos residindo que não os próprios progenitores e, portanto, denota uma clara eminência do fim da linha sucessória ou, quiçá, da própria atividade.

Outro aspecto relevante, referindo-se a área de agricultura tradicional, em que sete das 15 propriedades não detinham filhos de qualquer idade residindo na propriedade, com capacidade de assumir a linha sucessória no local, o que representa 40% sem sucessores de qualquer idade no convívio familiar. Este dado é substancialmente superior ao divulgado pelo IPARDES (2018), ao investigar o número de ocupantes por unidade habitacional em Rio Bonito do Iguaçu, onde encontrou 26% das residências sem nenhum filho residindo no local. Lembrando que a composição amostral no IPARDES não discrimina habitações do meio rural do urbano, o que possivelmente é indicativo que as propriedades da zona rural tem um vácuo na sua estrutura geracional justamente nas faixas mais jovens.

Na mesma abrangência, mas analisando as propriedades dos assentamentos observou-se 28,8% (13/45) delas sem filhos de qualquer idade residindo. Este número aproxima-se mais dos dados do IPARDES já apresentados anteriormente, mas como já citado pode ser resultado de famílias constituídas a menos tempo e com muitos filhos ainda crianças. Ao considerar as 60 propriedades observar-se vinte delas sem filhos de qualquer idade, ou seja, nestes casos dificilmente ocorrerá uma sucessão familiar, considerando que o retorno às propriedades após vários anos longe das atividades rurais é muito raro de acontecer, como será discutido mais adiante.

Ainda, utilizando a análise das tabelas 1 e 2 pode-se observar o número de filhos com idade entre 16 e 29 anos. Estes dados são de muita relevância e, muito certamente, de maior importância para os fins desta pesquisa que busca identificar a sucessão familiar. Este trabalho traz informações preocupantes sobre esta faixa etária jovem (entre 16 e 29 anos), ao observar que há uma desproporcionalidade de indivíduos com esta idade comparativamente com as demais. Nas áreas tradicionais, representados na Tabela 1 encontraram-se apenas cinco (33,3%) propriedades com jovens nesta faixa etária e nos assentamentos, observados na Tabela 2, apenas 12 (26,6 %) totalizando dentre todas as propriedades apenas 28,33 %. Estes dados ficam mais facilmente observáveis com auxílio do Gráfico 1.

Gráfico 1: Filhos residentes na área rural de R.B.I versus suas idades.



Fonte: o próprio autor, 2018.

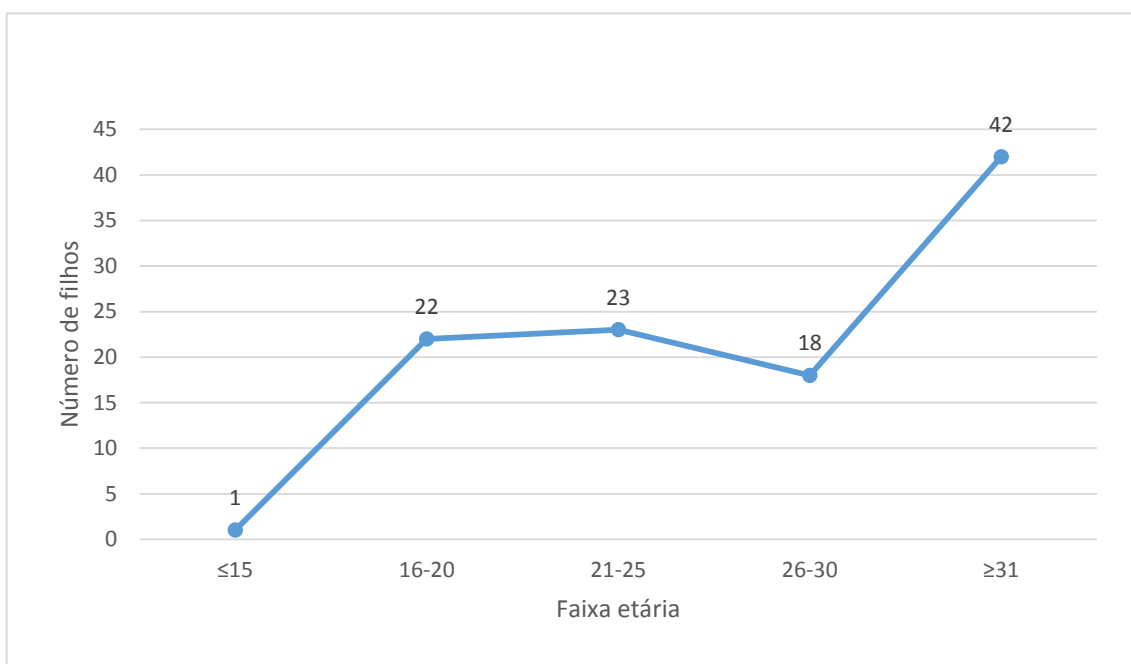
A visualização do Gráfico 1, que apresenta o número de filhos por idade, nas 60 propriedades, deixa evidente que há uma correlação inversamente proporcional entre idade e número de jovens residentes no meio rural. Assim, quanto maior a idade, menor a quantidade de indivíduos que ainda residem nas propriedades leiteiras pesquisadas de Rio Bonito do Iguçu. Não coincidentemente, percebe-se que a partir dos 16 anos está defasagem se agrava, deixando em evidência que o término do ensino médio, ocorridos comumente nesta idade, pode ser um gatilho para o abandono do meio rural.

Tal constatação, também foi observada por Zago (2016) que ao discutir a questão da educação no campo considerou que apesar de recente a mudança

da concepção dos jovens na busca por adquirir formação superior ela generalizou-se rapidamente e, juntamente com a busca por empregos, tornaram-se um estopim para a migração em massa dos jovens para os centros urbanos.

Enfatizando este mesmo aspecto, relacionado ao êxodo rural dos jovens o Gráfico 2, mostra o número de filhos que já não residiam nas propriedades de Rio Bonito do Iguaçu de acordo com suas respectivas faixas de idade.

Gráfico 2: Quantidade de filhos que deixaram as propriedades rurais em RBI, de acordo com sua faixa etária



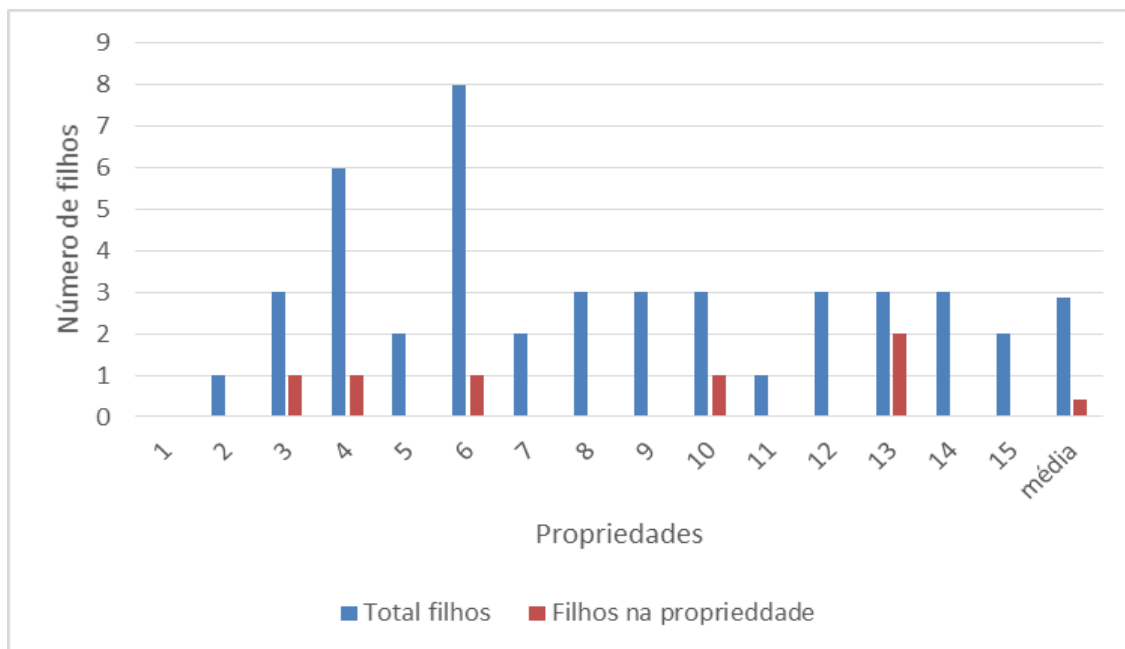
Fonte: o próprio autor, 2018.

Nota-se no gráfico 2 uma correlação nítida, diretamente proporcional sendo quanto maior a idade maior o número de filhos que abandonaram a propriedade. Outrossim, é possível observar que o ponto inicial é justamente em idade próxima aos 16 anos, existindo ainda, de todos os filhos, somente um menor de 15 anos não residia mais na propriedade, deixando perceptível que o fim da “obrigatoriedade” da permanência tem correlação direta com o fim desta “fase colegial”, como postulado também por Panno e Machado (2014).

Não é difícil entender o motivo para a elevação acintosa da linha no Gráfico 2 a partir dos 26 anos, pois a esta altura da vida possivelmente o filho já desenvolveu projetos próprios ou constituindo novo núcleo familiar, adquirindo emprego ou ainda nova propriedade, passando ele a ser o patriarca ou matriarca de uma nova geração, sendo situação excepcional o filho que ainda habite com

seus pais nesta idade. Ademais, o subcapítulo 5.6 traz uma discussão mais aprofundada sobre a questão do ensino e sua correlação com a sucessão geracional.

Gráfico 3: Filhos acima de 16 anos na propriedade nas áreas tradicionais de RBI



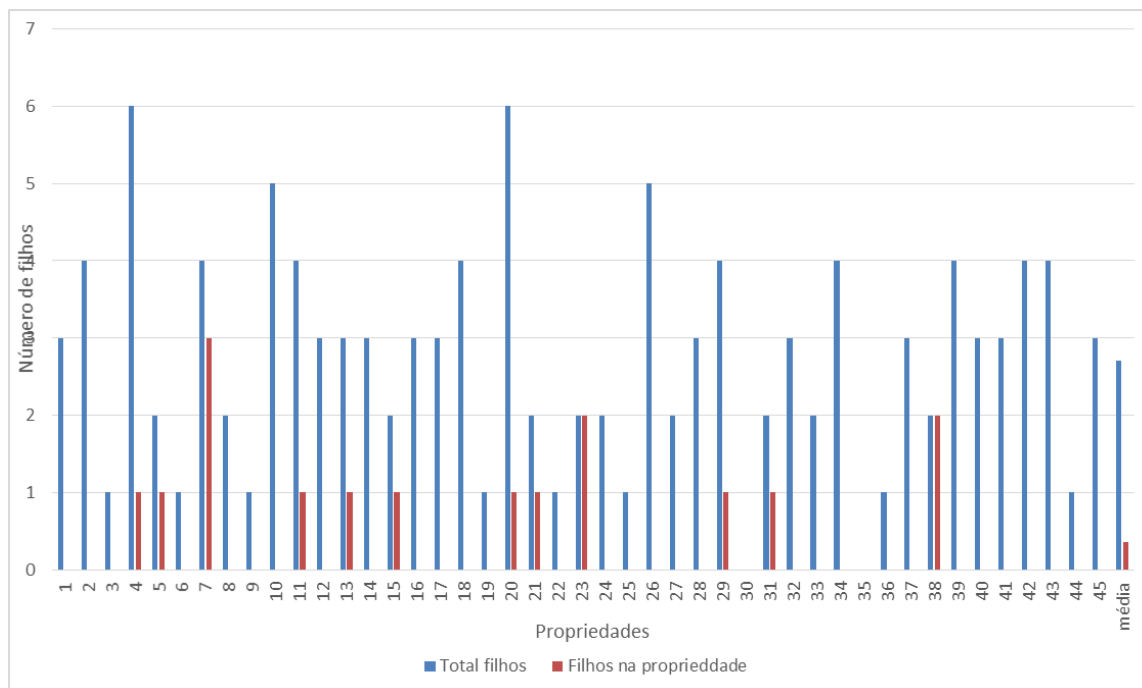
Fonte: o próprio autor, 2018.

Considerando, que o gráfico acima representa apenas filhos maiores de 16 anos, alguns fatos chamam a atenção, o primeiro deles é o já mencionado baixo número de filhos com idade igual ou maior a 16 anos nas propriedades, onde apenas seis foram encontrados em cinco propriedades distintas.

Em 14 das 15 propriedades os casais possuem filhos maiores de 16 anos independente do seu local de residência, totalizando 34 descendentes nesta situação, que poderiam assumir a propriedade. Logo, torna-se evidente que não se trata de um problema de natalidade, ou seja, da inexistência de descendentes para dar prosseguimento as atividades. Ao contrário, a quantidade de filhos, sabidamente, não é a origem do problemas, mas sim o abandono das propriedades por estes. Assim, a média encontrada ficou muito próxima a 3 filhos maiores que 16 anos por casal, mas quanto aos residentes nas propriedades restam 0,4 filhos, dando uma noção real e numérica da problemática.

De mesma abrangência, o Gráfico 4 apresenta dados desta mesma natureza, obtidos nos assentamentos, para endossar as reflexões a este respeito

Gráfico 4: Filhos acima de 16 anos na propriedade nos assentamentos de RBI



Fonte: o próprio autor, 2018.

O cenário encontrado nos assentamentos assemelha-se muito com o das propriedades tradicionais, deixando perceptível que em quase totalidade das famílias existem descendentes com idade de 16 anos ou mais, as únicas exceções são observadas nas propriedades 30 e 35, ou seja 95,6% das propriedades nos assentamentos tem em seu leito descendentes com potencialidade de assumir as atividades nas propriedades.

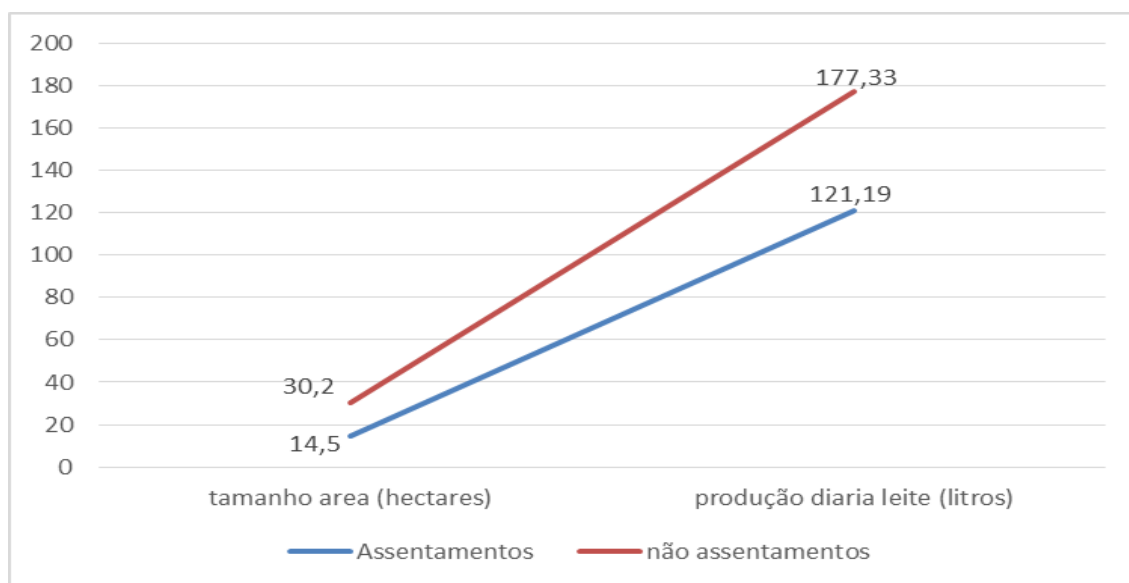
Todavia, ao analisar os filhos que residem de fato nas propriedades o contexto é consideravelmente distinto, pois apenas 12 das 45 (26,6%) ainda mantem pelo menos um filho maior de 16 anos morando na localidade, perfazendo uma média de ínfimos 0,36 filho por propriedade.

Estes achados são preocupantes para a agricultura de uma maneira geral, mas são deveras alarmantes para a atividade da bovinocultura de leite, pois sugestiona que dentro de um período consideravelmente curto mais de 70% das propriedades não terão sucessores para prosseguir com esta ocupação.

Estes resultados vão de encontro com o observado por Vieceli (2018) que afirma que o número de produtores na atividade vem diminuindo gradativamente, apesar de a produção total de leite vir se intensificando. Isto sugere que a atividade vem sendo tecnicizada e uma gama menor de produtores vem produzindo maiores quantidades. Ainda, o autor afirma que o número de propriedades que desenvolve a atividade tende a retrair acentuada e continuamente nas próximas décadas devido à falta de mão de obra para prosseguir com os trabalhos no campo, muito associado a falta de sucessores para trabalhar na atividade familiar leiteira.

Para encerrar esta abordagem do cenário sóciodemográfico encontrado nas propriedades de Rio Bonito do Iguaçu, fez-se um levantamento quanto ao tamanho das propriedades e sua relação com a média da produção diária de leite. Esta comparação pode ser observada no Gráfico abaixo.

Gráfico 5 Relação do tamanho da propriedade versus Produção diária de leite na área rural de RBI



Fonte: o próprio autor, 2018.

É possível constatar que há uma diferença significativa quanto ao tamanho das propriedades, sendo que nos assentamentos a média foi de 14,5 hectares (ha) e nas áreas tradicionais foi praticamente o dobro, representando 30,2 ha. Vale ressaltar que nos assentamentos os maiores estabelecimentos possuíam 16,9 ha e os menores 12,1 ha. Já nas áreas tradicionais percebeu-se grande variabilidade com máxima de 69 ha e mínima de 9,6 ha. Quanto a produção

média diária nestas localidades pode-se constatar uma diferença de 56 litros entre um grupo e outro. F

Em uma primeira análise as diferenças podem parecer discretas, mas ao levar em consideração o tamanho da área, na média, em tese os locais de agricultura tradicional poderiam abrigar duas famílias nos moldes semelhante aos do assentamento, servindo o espaço para a residência de mais uma família, por exemplo um filho, reiterando que este comparativo é em teoria, pois na prática o que se observou é uma queixa generalizada quanto as dimensões da propriedade para ser rateada entre sucessores, independentemente de ser de agricultura tradicional ou não.

De outro ponto, a produção diária de leite teve uma média de 56 litros a mais nas áreas tradicionais, se levarmos em consideração o período mensal acarreta um superávit de 1680 litros em relação as propriedades de assentamento. Pressupondo um preço médio praticado de R\$1,40³ por litro de leite, resulta em uma renda de 2.352,00 reais a mais. Desta forma, levando em consideração que uma das alegações principais para o êxodo rural é o baixo ganho mensal, logicamente as propriedades de assentamento são muito mais vulneráveis neste aspecto.

Petinari et al. (2008), corroborando com este aspecto afirma que os motivos que levam os jovens a abandonarem o campo e, assim, não trabalharem com suas famílias, migrando para os centros urbanos, devem-se, em parte, ao tamanho das propriedades, que geralmente são pequenas nos assentamentos, e por consequência estas localidades tem um agravante extra no momento da discussão dos aspectos sucessórios. Dada a importância desta temática, este ponto será adiante mais minuciosamente debatido.

5.2 O Jovem em relação ao meio rural

O entendimento do processo de evasão agrária, neste caso essencialmente representado pelos jovens e, por efeito, a compreensão da situação do êxodo rural, passam de forma sistemática pela avaliação do jovem

³ Preço médio praticado no Paraná durante último semestre (CEPEA, 2018).

em relação ao meio rural e suas perspectivas futuras. Não obstante, correlacionar estas pretensões e percepções com a bovinocultura de leite permite prospectar a inter-relação da atividade com seus trabalhadores diretos, que nada mais são do que os atuais gestores e os seus sucessores. Desta forma, a presente pesquisa por meio das entrevistas realizadas propôs alguns questionamentos no sentido de verificar como identificam-se os possíveis sucessores e sua relação com o campo de uma maneira generalista e com a atividade leiteira, propriamente dita.

De princípio para a reflexão, partir-se-á da indagação central neste aspecto, ou seja, motivos da saída ou permanência dos jovens das propriedades. Apesar de haver muitas peculiaridades e particularidades em cada ambiente familiar, alguns pontos tornaram-se lugar comum e foram citados com assiduidade quase que integral e portanto serão abordados com maior prudência. Assim, para embasamento inicial, apontam-se alguns trechos das entrevistas:

“Os jovens na verdade querem mais moleza e no interior na verdade é um pouco mais complicado né, porque as coisa é mais difícil, fica mais ‘intocado’ na verdade. E a juventude hoje em dia quer estar no meio do movimento.” (J.P.F.S., 31 anos)

“Ele falou, pai deixe eu ir pra cidade, porque eu vejo que na roça não tem futuro não, eu vejo pelo pai que não vence pagar as dívidas. Ele não quer saber de tirar leite. Ele via que não tinha futuro de ficar aqui comigo, porque a renda é muito pouca.” (J. F. B., 54 anos)

“Hoje em dia é bem pouquinho os jovens que querem ficar na roça, trabalhando né. Eles querem uma vida melhor, não querem mais pela o coco de trabalhar pra poder comer.” (J. C., 37 anos)

“O jovem já tem umas conta feita na cabeça deles, umas soma que roça não dá. Ele não tem a paciência que nós temos de esperar, até plantar e dar o produto ou a vaca criar. Querem as coisas mais prontas, de imediato!! As contas tem que fechar dentro de poucos ‘palitaços’. E não é assim, é com o tempo” (M. F. M, 54 anos)

“Hoje em dia não é que nem antigamente mais, a juventude quer se divertir, sair. Como vou dizer? Ter mais lazer. E o principal de tudo ter o dinheiro no final do mês pra poder se divertir” (C. F. R., 64 anos)

Tomada como base estas transcrições, apesar de algumas outras temáticas possam ser passíveis de discussão e interpretação nestas falas, para fins desta pesquisa dois temas centrais acabaram se sobressaindo: a busca por maior poder aquisitivo e a melhoria das condições de lazer. De fato, estes dois aspectos são considerados entre os de maior impacto na tomada de decisão de jovens, conforme citam Spanevello et al. (2011). Os autores ainda afirmam que estas prospecções que os jovens almejam ao saírem da atividade no campo geralmente estão associadas, uma acaba sendo condicionante da outra, de modo que ter maior poder aquisitivo viabiliza alcançar melhores condições de lazer, ou ainda a busca por melhor condição de lazer reivindica melhores condições financeiras.

5.2.1- Lazer

Com esta percepção, Andrews (2001) enaltece ao falar de lazer a necessidade de refletir também acerca do trabalho e do tempo livre. Desta forma, entender qual a forma, o tempo e a frequência do trabalho exercido são tão importantes quanto identificar quais são as opções de lazer disponíveis. As discussões a respeito do trabalho na bovinocultura de leite em Rio Bonito do Iguaçu serão mais a frente aprofundadas, todavia vale ressaltar que os agricultores rotulam como uma atividade não apenas laboriosa mas consideravelmente exigente nas questões de horários e assiduidade, não sendo possível deixar de executá-las por um único período sequer, sem que as consequências sejam abrangentes. Apenas por este motivo já seria possível inferir que o trabalho com a bovinocultura de leite exerce um limitante na realização das atividades de lazer, especialmente aquelas mais prolongadas com duração maior que um dia, conforme afirmaram os próprios produtores e podem ser observadas as transcrições mais a seguir.

De igual importância, é pertinente entender as possibilidades de lazer que os trabalhadores rurais, notadamente os jovens, dispõem. Assim, Wedig et al. (2007) em levantamento com este enfoque descrevem que as principais formas

de socialização são as “comunidades”, ou seja, as igrejas e os eventos por ela organizados. Além disso, as festividades são esporádicas, geralmente para comemorações pontuais da localidade. Desta forma, os autores concluem que não há forma ou hábito de diversão voltada unicamente para proporcionar lazer, não apenas para os jovens mas para toda a comunidade.

Justamente pelo fato da existência desta lacuna nas formas de divertimento que puderam ser observadas também na presente pesquisa, apesar de não ser seu enfoque principal, autores como Dalcin e Troian (2009) complementam, apontando maneiras alternativas de socialização, apesar de não serem igualmente efetivas, como é o caso das novas tecnologias informacionais. Ao discorrer sobre esse tema os autores vão além e citam que o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transformaram as noções de "urbano" e "rural" em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões (e no caso de Rio Bonito do Iguazu por assim dizer) não mais correspondem às distintas realidades cultural e social, sendo cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre comportamentos de jovens nas cidades e no campo.

Muito desta conjuntura, citada anteriormente e observada no presente estudo, deve-se a expressiva e célere difusão das tecnologias digitais. Portanto, nesta nova ruralidade, a comunicação está mais presente e as tecnologias informacionais são incorporadas na realidade das propriedades rurais, constituindo-se também como ferramentas indispensáveis à introdução de práticas inovadoras além de serem meio transformador na forma integradora e no entretenimento da juventude nestas localidades (SCHNEIDER, 2004)

Assim, em levantamentos em propriedades de agricultura familiar Bieger et al. (2016), encontraram uso de aparelho celular em 100% das propriedades questionadas, computador ou notebook presente em 86% das residências dos jovens entrevistados, sendo que mais da metade destes tinha acesso à internet em casa. Nesta discussão, duas perspectivas sobressaem-se. De um lado a afirmativa que a ampla disseminação da internet e consigo das redes sociais possa servir como uma nova fonte de lazer no meio rural, não sendo mais necessário migrar destas localidade para ampla integração ao convívio social, portanto funcionaria como um ponto favorável a permanência dos jovens no campo. De outro lado a avaliação que o conhecimento mais disseminado e

instantâneo dos padrões e comportamentos urbanos serviriam na verdade como uma ferramenta para estimular a saída do campo para poder vivenciar este padrão das cidades.

Certo é que não há consenso quanto estas opções consideravelmente dicotômicas, mas é plausível afirmar que o uso das tecnologias de maneira isolada não tem poder de inclinar o fluxo migratório para nenhum dos lados, não é por sua presença ou falta dela que as decisões de permanência no campo ou não são tomadas. Se o desejo é estimular a permanência, juntamente com o uso destas ferramentas contemporâneas, políticas públicas de maior abrangência e efetividade devem ser pensadas e implantadas na forma de proporcionar lazer rural de maneira mais coerente.

Justamente neste aspecto, é sabido que não existem políticas públicas voltadas exclusivamente para o lazer dos que residem no meio rural. Como exemplo: desconto no cinema, nas passagens, no futebol ou qualquer outra agenda cultural para os habitantes do meio rural não são disponíveis de maneira semelhantes ao que ocorre com o desconto para estudantes. Portanto, é coerente sugerir que ações deste âmbito com amplitude nacional deveriam ser pauta de políticas públicas como ferramenta para proporcionar maior atratividade aos residentes e trabalhadores do meio rural.

5.2.2- A questão da renda

No que diz respeito a outra temática observada nas entrevistas, onde houve grande repetitividade na afirmação por parte dos produtores foi que um dos aspectos que mais impacta na decisão de buscar trabalho fora das propriedades é o de alcançar maior poder aquisitivo. Corrobora, com isto as afirmativas propostas por Durston (1996) ao citar que a escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado.

Neste aspecto Melo et al. (2003), afirma que a juventude rural sofre diretamente com os problemas que atingem as pequenas propriedades agrícolas de perfil familiar, no que diz respeito a geração de renda. De tal modo que, agravando esta situação existem os problemas com a autoridade paterna, numa

sociedade onde o patriarcalismo ainda se apresenta como um resquício dominante. Esta autoridade paterna, segundo os autores, se revela por consequência nas relações de trabalho, onde a mão de obra na roça e no gerenciamento do lote, para as mulheres e os jovens, é visto como 'ajuda', já que a propriedade da terra, na maioria dos casos, está no nome do pai, que acaba tomando as principais decisões. Esta visão, em que o labore dos filhos é subestimado ou por vezes menosprezado é indubitavelmente um estímulo ao jovem repensar sua situação na propriedade e prospectar um emprego em que possa gerenciar suas condições de trabalho, comumente nas cidades.

Em levantamento semelhante Abramovay et al. (1998) perceberam que existia uma correlação das respostas com o poder aquisitivo das famílias, de modo que quando perguntados sobre as razões para prosseguir na atividade rural, ou não, as respostas dos pais variaram no sentido de que os agricultores de maior renda entendiam que a proximidade da família e a rejeição ao assalariamento eram considerados como fatores mais importantes para o desejo de que os filhos prossigam na profissão paterna. Já para os de menor renda a rejeição ao assalariamento foi irrisória, sendo na verdade estimulado o trabalho assalariado como forma de obtenção de melhores perspectivas de renda.

Com este entendimento a presente pesquisa não conseguiu distinguir de maneira significativa diferenças nas respostas entre propriedades de assentamento e propriedades tradicionais, tendo em vista que os primeiros tem comparativamente muito menos área para trabalhar e por consequência menores rendimentos. Desta forma, não houve diferença significativa no incentivo para a permanência na atividade praticada pelos pais. Tanto num caso, quanto noutro houve igual indicativo para que os filhos procurassem migrar para as cidades para obterem profissões que os permitam exercer funções assalariadas.

Desta forma, é plausível aferir com base no grupo amostral investigado que a busca por uma profissão que possibilite exercer condições de vida melhor que a dos pais e principalmente que ele tenha o poder decisório incondicional são fatores chaves e estimulantes do êxodo rural seja nos assentamentos ou nas áreas tradicionais, indistintamente.

5.2.3 – A busca por escolaridade

Outro dos motivos quase que invariavelmente citados durante as entrevistas, sobre o motivo para os jovens, ou os próprios filhos, saírem da propriedade foi o prosseguimento dos estudos. Sendo assim propõem-se aqui uma discussão sobre este tema, embasada no referencial teórico e nas falas dos produtores, das quais algumas estão reportadas a seguir:

“Mas viu eu na verdade quero que minha menina estude, na verdade. Vou fazer o possível pra isso. Que ela saia do interior e vá estudar.” (J.P.F.S., 31 anos)

“...Os jovens hoje em dia não querem mais trabalhar na roça, os que tem um pouco de estudo querem ir pra cidade trabalhar, eu sei porque tenho meu filho que foi pra Santa Catarina trabalhar...” (M. L. I., 49 anos)

“Falando sobre a filha, atualmente na propriedade - “A não! Ela não vai ficar não. Hora que ela ir estudar fora, fazer a faculdade daí ela vai pegar o rumo dela.” (J.F.B., 54 anos)

“Se nos conseguir que ela estude e faça faculdade vou deixar, não vou manter ela em casa, vou deixar ela estudar e sair.” (C. A., 42 anos)

“...Hoje em dia o estudo é tudo, tem que sair estudar pra conseguir algo melhor, vida mais sossegada que a do sitio né”. (E. K. S., 46 anos)

“Eu queria que o nenê saísse fazer faculdade, mas ele não quer. Eu faria questão de que ele saísse daqui da casa pra ir estudar, mudar de vida. Mas ele não quer, vai fazer o que né?” (E.P.M., 50 anos)

Os trechos das entrevistas transcritas permitem algumas reflexões sobre as percepções dos agricultores sobre o estudo, entre elas, talvez a de maior importância, seja o extensivo apoio por parte dos pais na continuidade da formação. De tanto que, muitas vezes, este anseio parte dos próprios pais, como é possível observar no relato da agricultura E.P.M., e afirmado pelo fato de que em nenhuma das 60 propriedades houve menção a qualquer tipo de restrição ou relutância com a saída dos filhos para dar prosseguimento a sua formação.

Esta percepção, quase que homogênea dos progenitores permite constatar uma mudança cultural e social significativa em que a formação é posta como prioridade pelos pais e massivamente apoiado por estes, diferenciando da realidade encontrada pelos próprios agricultores em suas infâncias e nas gerações passadas, como trazem à tona os trechos transcritos abaixo:

“Já digo a gente mesmo, as vezes por falta de incentivo, eu mesmo fui criado assim... o pai não mostrava outra saída, assim, digamos... era a lavoura e fim. Digo, nunca me incentivou tipo assim pro cara correr atrás de ir fazer uma faculdade. Uma que nem tempo na verdade, eu sempre comento que nem tempo de estudar na verdade nós não tinha. Do jeito que chegava do colégio, largava a mochila ali, almoçava e já era tarefa o dia inteiro. Dai de meio dia sempre na atividade que o pai tivesse lutando nós estávamos juntos, até de tarde e daí muitas vezes não sobrava tempo pro cara estudar na verdade. Quando ia estudar, eu mesmo brinco quantas vezes de chegar dormir em cima do caderno de noite, porque daí ia cuidar, imagina o cara o dia inteiro ali enfrentando um solão e arrastando uma enxada.” (J.P.F.S., 31 anos)

“Se pudesse tinha dado estudo pra todos, mas naquela época era difícil... Se a gente pudesse dar mais coisa pra eles a gente tinha dado né, mas a gente não tinha condição.” (C. F. R., 64 anos)

“Na minha época ia na escola até aprender fazer o nome e conhecer os números e olha lá. Mais que isso os antigo já viam como perda de tempo...Hoje minha menina está na faculdade com todos os meus gostos né, quanto mais estudo melhor a chance de se sair melhor pra frente” (V.M., 56 anos)

Nesta perspectiva, identificando esta alteração Zago (2016), enfatiza a mudança deste perfil de restrição ao estudo imposta pelos pais que era observado nas gerações anteriores, passando para um deliberado consentimento e apoio a aquisição de diplomas de nível superior ou técnico. Ainda, o autor descreve que “naquela época (década de 1970) a maioria das escolas funcionava em classes multisseriadas, e a oferta escolar era da 1ª à 4ª série do antigo primário...Porém, após o término das primeiras séries, a maior

parte das crianças deixava de estudar”. Ao passo que hoje há uma espécie de orgulho em ver os filhos frequentarem escolas de nível superior.

Indubitavelmente esta é uma evolução considerável e positiva de padrões sociais em identificar a importância da aquisição de conhecimentos técnicos. Contudo, há nas entrevistas uma clara associação entre estudar e deixar a agricultura para conseguir trabalhar e estabelecer residência de forma definitiva nos centros urbanos. Justamente com este entendimento Faccin e Schmidt (2013) afirma que “os pais estimulam os filhos a estudarem não com o intuito de melhor desempenharem as atividades familiares, mas sim visando à melhoria das condições de vida do jovem através da busca de um emprego na cidade”.

Nesta perspectiva, corroborada pela literatura e observada nesta pesquisa é conveniente afirmar que há no estudo justamente a concepção de uma válvula de escape do meio rural, onde conseguir formar-se mesmo que fora de sua área de interesse ou vocação representa a possibilidade de adentrar a vida nos centros urbanos. Deste ponto, Panno e Machado (2014) afirmam que existe uma via de mão única para os filhos dos produtores que concluem o ensino superior mesmo que na área das agrárias, o retorno para o meio rural é incogitável para auxiliar ou tomar as decisões na propriedade. Em primeiro que os próprios progenitores não veem como financeiramente interessante, sem mencionar que o retorno é visto pela sociedade como um fracasso ao voltar do ponto de partida para seguir com o negócio dos pais.

Durston (1996) em sua obra, ao discutir a questão da educação no meio rural afirma que a educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em inúmeros estudos da América Latina é que fica no campo o filho que não tem afinidade ou vontade para o estudo, e na auto avaliação julga o campesinato como melhor saída para quem tem menos formação. Esta reflexão, apesar de bastante impactante foi observada nesta pesquisa, onde não foram encontrados jovens de até 29 anos com ensino superior residindo na propriedade. Ao contrário, foram identificadas afirmações, por partes dos pais, com a seguinte entonação: “este aí não quer saber de estudar, daí ficou ai lidando com as vacas” (A.F, 44 anos) e “ele (filho) não queria muito sair daqui do interior, daí nem foi atrás de estudar, as vacas não ligam pra diploma” (J.J.A.Z, 53 anos).

Este tipo de situação ao qual se deparou este estudo, faz corroborar com a proposição proposta por Durston (1996) onde atesta que a geração que hoje mais pode candidatar-se à direção dos trabalhos agropecuários - os filhos que permanecem nas propriedades paternas e que já saíram da escola – tem formação educacional precária que permite confirmar a asserção segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo. Este enunciado, traz diversas consequências, sendo todas negativas, mas duas ganham destaque. Primeiro, o meio rural perde em inovação e possibilidades de implementações de tecnologias que podem angariar novas formas de trabalho e renda, pois os jovens sucessores acabam seguindo os conhecimentos empíricos adquiridos dos pais, não que seja errado, mas acabam falhando no seu papel transformador que deveria ocorrer na troca de gerações e que de certa forma depende de uma base teórica ou no mínimo de uma nova concepção ideológica.

Segundo, esta condição confirma a recorrente discussão sobre falta de políticas públicas a qual Silvestro et al. (2001) afirmam que a educação superior deveria ser disponibilizada para o jovem rural sem que ele tenha que sair de sua casa e mudar-se para grandes centros. Ainda, afirmam que a falta de possibilidade, seja pela distância ou pela simples inexistência de universidades que propiciem a residência no meio rural mesmo durante esta fase da vida é um dos principais fatores causadores do êxodo rural e por consequência do final da sucessão familiar.

5.2.4 – A orientação familiar

Para finalizar este subcapítulo, cabe uma discussão sobre a influência familiar para a permanência dos jovens na atividade rural, principalmente na bovinocultura de leite. Para tal, com intuito de embasar estas discussões seguem alguns trechos das entrevistas.

“Não faço questão nenhuma que eles voltem pra cá, pra sofrer chega a gente já. Eles que vão buscar fazer a vida de um jeito mais fácil” (C. Z., 54 anos)

“Voltar pro campo? Jamais! Ela já não gostava, ficou aqui até fazer os estudos que podia ser aqui. Agora que conseguiu se colocar na firma Deus ajude que nunca precise voltar sofrer que nem nós” (M. S. T., 60 anos)

“Trabalhar na roça está mais fácil hoje que antigamente. Mas assim mesmo eu digo pro meu piá: mais fácil que trabalhar na roça é não trabalhar na roça. A caneta é mais leve que a enxada, sempre falo pra ele” (G. I. F. G., 42 anos)

Os trechos acima, extraídos das entrevistas, deixam bastante evidente que não há por parte dos progenitores um incentivo a prosseguir na propriedade, continuar com a atividade até o momento de assumir o controle e suceder os pais. Pelo contrário, percebe-se um alarmante quadro de estímulo a deixar a atividade no campo indistintamente nas áreas tradicionais ou assentamentos.

Carvalho (2007) é enfático ao constatar que o agricultor não está mais influenciando os seus filhos para a continuidade das atividades, sendo que em suas pesquisas observou que essa mudança de comportamento é evidenciada quando comparado a influência recebida da atual geração de responsáveis com a motivação repassada a seus possíveis sucessores. O autor observou que predomina a não interferência nas decisões profissionais dos filhos, onde os entrevistados responderam que as situações de estímulo ocorrem em 29,5% das propriedades.

Em pesquisa realizada Abramovay et al. (2001) identificaram uma grande distinção entre os jovens, onde as mulheres não se auto avaliam fundamentais no processo sucessório rural, considerando que esta é majoritariamente uma função destinada aos filhos homens da família. Por outro lado os filhos já não encontram mais estímulo a serem sucessores. Ou seja, a soma de todos os fatores dificultadores da sucessão é multiplicada pelo incentivo dos pais em sair do ramo atual. Sem estímulo positivo no meio familiar é muito difícil imaginar sucesso em qualquer estratégia ou política de vise controlar ou desmistificar as questões relacionadas ao êxodo jovem.

Vale pontuar aqui uma outra linha reflexiva, onde os jovens, por vezes, são condicionados a situação do deixar a propriedade, não encontrando espaço para eles dentro dos estabelecimentos, pelos mais diversos motivos. Buczenko e Rosa (2018), observaram situação desta natureza ao debater a opinião dos

próprios jovens, em que identificaram para além de uma simples decisão, mas sim uma necessidade de migrar buscando inserção a uma sociedade em que é o indivíduo/ator que tem poder de decisão, algo que não possuíam na propriedade, por não serem inclusos, não apenas na dinâmica de trabalho da propriedade, mas nas tomadas de decisões financeiras, de produção, de comercialização, entre outros. Aqui talvez a reflexão mais oportuna é que o jovem não seja visto como um culpado pelo êxodo e conseqüentemente pela falta de sucessão, mas seja uma consequência de uma série de outras circunstâncias que ele mesmo não tenha controle ou poder de intervir.

5.3 As problemáticas da sucessão rural em Rio Bonito do Iguaçu segundo os próprios agricultores

5.3.1 – As condições para a sucessão

No decorrer das entrevistas os produtores foram questionados e instigados a relatar o que eles julgam ser os problemas e as expectativas futuras com relação a atividade e a sucessão nas suas famílias e de uma forma mais ampla. Os trechos abaixo são transcrições que remetem a este assunto.

“Mais um ou dois anos e vamos parar, se fosse só por vontade já teria parado... A idade chega, né! A idade chega! Chegou a hora de descansar um pouco. Minha ideia era vender e repartir com os filhos. Não adianta só nós dois no sítio” (F. O. L., 62 anos)

“Olha, eu na verdade quero mais pra frente, se acaso eu conseguir, arrumar um serviço e trabalhar fora não quero mais tirar leite.” (E. A., 38 anos).

“Os meus (filhos) já estão todos bem colocados, não voltam mais nem por lei... Vou enfrentar a lida até se aposentar e daí vou vender as vacas e pensar numa coisa mais fácil!” (A. M. E. F. F., 54 anos)

“Enquanto tiver força vou peleando, vou enfrentando. Os mais velhos (filhos) foram achar rumo pra vida na cidade. Esse que tá aqui me ajuda, mas tudo que fala é terminar o ginásio e ir pra cidade, morar com os irmão e trabalhar nas firmas”. (P.P.M. 58 anos)

“Quem vai cuidar pra mim? Mas por que cuidar? Enquanto eu tiver vivo vou ficar aqui, se não for pra trabalhar pelo menos pra viver tranquilo. Passar pra outro e ir pra cidade não dá certo pra gente que se criou nessa vida”.

(A. C. S., 58 anos)

Estes fragmentos dos diálogos deixam perceptível uma tendência verificada de maneira praticamente genérica onde a concepção tem respaldo apenas nas atividades no presente momento, deixando para decidir o rumo da propriedade apenas no instante em que o patriarca não tiver mais condições de continuar. Sobre este assunto, Stropasolas (2006) descreve com exatidão a situação encontrada no presente estudo ao caracterizar o processo sucessório na agricultura familiar como sendo articulado basicamente em torno da figura paterna, sendo ele o responsável em definir quando passará o controle da propriedade para a geração seguinte no momento que julgar oportuno ou excepcionalmente necessário.

Dos relatos transcritos das entrevistas, permite-se admitir também com assertividade que os proprietários tendem a postergar o máximo possível a decisão a respeito de o que fazer com a terra, tornando a sucessão mais difícil, pois os filhos via de regra não ficam esperando este momento. De maneira oposta buscam novas oportunidades, com viabilidade de execução e retorno mais imediatas. Justamente a este respeito, Spanevello (2008) destaca como resultado de suas investigações, como sendo padrão sucessório predominante na região sul do Brasil, a denominada “sucessão tardia”, que nesse caso, a transmissão dos bens patrimoniais ocorre ao final da vida dos pais (morte dos progenitores), ou ainda, quando estes estejam incapazes física e/ou mentalmente de gerirem a propriedade.

Na tentativa de explicar esta forma entendida como fortemente prejudicial a sucessão familiar, Stropasolas (2006) vai além e define o processo sucessório na agricultura familiar, como a transferência não apenas da terra mas também de poder e de um patrimônio histórico e sociocultural. Desta forma, a partir do momento em que o pai passa o controle da propriedade para o filho, sente que deixa de ser referência em sua família e comunidade. Para muitos, a sucessão por opção remete à perda da capacidade ou condição de administrar sua propriedade, aludindo a uma forma de morte social.

Corroborando com a gravidade da situação encontrada na presente pesquisa, estudos de Abramovay (2001) nessa área, encontraram, também numa região de predomínio da agricultura familiar, 66,3% dos estabelecimentos sem ter uma definição quanto a sucessão das atividades. No mesmo aspecto Mello (2003) destaca que enquanto na Inglaterra, onde a sucessão é amplamente incentivada, 80% dos agricultores se desenvolvem sobre o mesmo pedaço de terra que foi dos pais, ao passo que no oeste de Santa Catarina, por exemplo, estes números não chegam a 20%. A realidade é que nem os progenitores discutem sobre isso, nem os possíveis sucessores debatem entre si, à falsa impressão que este assunto é subentendido por todos, quando de fato nada é absolutamente esclarecido.

Segundo Anjos, Caldas e Costa (2006), há uma concepção implícita nas famílias que o filho mais jovem, normalmente o último a se casar, seria o sucessor natural do patrimônio imóvel, devendo para tanto ficar com a reponsabilidade sobre os pais até o final de suas vidas. Todavia, orientação desta forma quase não se percebe atualmente e não foram identificadas como padrão no presente levantamento, onde independentemente de haver irmãos mais jovens ou não na propriedade há uma migração do meio rural.

Surge assim, uma nova questão, qual o destino da terra se não existirem filhos para assumir seu gerenciamento? No decorrer das entrevistas este foi um tema das indagações, cujas respostas dividiram-se em três grandes grupos: 1- Os progenitores abandonarem o meio rural para residir nas cidades, vendendo a área; 2- Permanecer morando na propriedade, mas sem produzir, utilizando da área como forma exclusiva de moradia, podendo ainda arrendar para terceiros; 3- Dividir de igual maneira entre os filhos para que cada um defina o que melhor fazer.

Segundo Freitas e Marin (2016), o mais comum de ocorrer é a herança partilhada entre os membros. Contudo, apesar de aparentemente mais apropriada ao julgo financeiro, este tipo de divisão contribuiu para extinção de muitas propriedades familiares, pois com a modernização, carência de mão de obra e sucessivas crises na agropecuária, a parcela a cada um de direito acaba ficando pequena e não sendo suficiente a sua manutenção, fazendo com que cada um dos herdeiros venda sua parte para vizinhos mais abastados, ajudando ao mesmo tempo a propagação do monopólio das terras aos mais ricos. Devido

a relevância da temática referente ao tamanho das áreas principalmente nos assentamentos, este assunto será brevemente retomado.

Em suma, é inegável que para garantir o futuro das propriedades rio bonitenses é necessário pensar e aplicar um plano para a sucessão ser mais harmônica, e não a última opção, como foi observado atualmente. Para Pereira (2016), os pais devem preparar os filhos para o empreendedorismo e estimular a visão de gerenciamento. A partir daí uma das soluções é preparar o plano de sucessão e começar uma gestão compartilhada para transferir gradualmente a propriedade e finalizar o processo. Assim, ter um planejamento de longo prazo do processo de sucessão, feito com auxílio de um profissional especializado, auxilia no consenso entre progenitores e sucessores e ajuda a reduzir conflitos familiares.

No entanto, a concepção e materialização de alguém ajudando na sucessão familiar, seja um extensionista, psicólogo, administrador ou outro profissional soa tão raro quanto de fato é. Absolutamente nenhum programa governamental que se tenha conhecimento, até a presente data, se propõe a mediar as questões relacionadas a sucessão. Orientar de maneira mais particularizada, levando em consideração as particularidades de cada caso ou região e posteriormente levantar as possibilidades para a situação poderia ser uma opção de política pública robusta e disseminada, inclusive partindo de cada município.

5.3.2 – A discussão familiar e os problemas apontados sobre a sucessão

Justamente com este foco, dentre as 60 propriedades investigadas, chamou a atenção de forma negativa, as respostas obtidas quando os progenitores foram indagados, se de fato conversavam com seus filhos sobre o futuro, e quem iria substituí-los no comando da propriedade. De maneira direta e simplista foi indagado se havia uma conversa franca sobre o assunto no convívio familiar.

Em uma única propriedade foi constatado haver discussão sobre sucessão e preparo do sucessor, em todas as outras este assunto nunca foi tema de conversa clara, não havendo de fato uma discussão direta sobre sucessão. Alguns produtores quando questionados alegaram não ser preciso, pois se trata de uma coisa natural, conforme seguem alguns relatos:

“Eles sabem, que vai cair na mão deles, nem precisa dizer nada. Eles sabem que eu nunca vou vender nem me desfazer, vai estar na mão deles” (I. P. S., 44 anos)

“Nunca fizemos uma reunião, digo assim pra informar eles, mas é o normal né. Se não for eles vai ser quem?” (F. F. S., 58 anos)

“Tá longe né, quando estivermos mais pra lá do que pra cá, vemos como ta a situação de cada um e fazemos os papeis”. (R. K., 45 anos)

É praxe, conforme foi observado em quase totalidade dos casos, que não há qualquer tipo de conversa sobre sucessão. Neste sentido, Abramovay (1992) afirma que a discussão sobre a sucessão no ambiente familiar não é simples, como parece à primeira vista, por envolver questões relativas à morte e principalmente a mudança de posição de projetos entre pai e filho. Surge assim, a dificuldade do sucessor em falar sobre o tema com o sucedido, pois ambos acreditam ser pauta apenas após morte do patriarca.

O resultado deste comportamento é a ocorrência de possível sucessão sem qualquer planejamento, como possivelmente se desenha em 98,33 % (59/60) das propriedades estudadas em Rio Bonito do Iguaçu. Entenda-se para esta estatística, auto declaração dos proprietários, ao informar se já tinham conversados com os filhos sobre quem iria assumir o comando da propriedade na geração seguinte.

Na visão do pai, renunciar a gestão da propriedade familiar em favor do filho pode sugerir dois caminhos diferentes: ou o início de um novo projeto, ou compartilhar projetos com o filho. Todavia, a divisão de projetos tem cunhos ideológicos quase que sempre distintos, sendo cogitado quase sempre a divisão da terra para o filho, formando na prática uma nova propriedade. A este possível cenário de divisão da propriedade os residentes nos assentamentos foram bem enfáticos, conforme é possível constatar nos trechos das entrevistas que seguem:

“No mesmo lote acho que não. Sobrevive! Claro você sobrevive, mas ter uma condição de você manter um carro uma vida social... A gente mesmo

já não viaja pra não gastar. Aquela vez foi falado era 10 alqueires para cada um, ai sim dá pra ter um filho junto com o pai, ajudar. Agora hoje com 5 alqueires, não há como...” (J. F. B., 54 anos)

“Se fosse bem organizado acho que viveria, mas viveria meio apertado se for analisar... Olha o meu que dá para usar é 4 alqueires, se for dividir da 2 alqueire, é complicado né. Não sobrevive, eu acho que não tem né... Tipo o filho tem que sair né” (J. A., 53 anos)

“Não sobrevive! Duas famílias não. Pra uma tudo bem né, digamos que enquanto tá ele solteiro tudo bem, agora depois que ele casar virar duas famílias não sobrevive, não faz pra comer em cima do lote... É muito pequeno pra duas famílias lidar.” (J. C., 37 anos)

Sobre este aspecto, é importante fazer a seguinte colocação, quase totalidade dos agricultores afirmaram que gostariam muito de residir próximo a seus filhos, e não o fazem, dividindo o lote por falta de opção e não por questões de acúmulo de patrimônio, pois afirmam ser prejudicial ao filho viver sobre uma área que no máximo lhe permitirá a sobrevivência, sem maiores aspirações.

Isto posto, cabe uma crítica ao modelo de divisão de lotes adotados na reforma agrária, no qual se procura proporcionar um lote para que uma família consiga subsistência, ou seja, os filhos serão novamente sem terras, resolvendo o problema apenas por uma geração. Nesta lógica, Costa e Ralisch (2013) afirmam que a possibilidade de repartição da área paterna em terrenos pequenos como os de assentamentos para a colocação de um ou mais filhos não é mais possível, pois o tamanho da área ficaria muito reduzido o que inviabilizaria a manutenção econômica do grupo familiar, inviabilizando um padrão de vida atrativo, indo de encontro com o que foi relatado por quase todos os participantes deste trabalho.

Endossando a retórica, Abramovay et al. (2001) identificaram com os próprios jovens que o tamanho da área é uma das problemáticas centrais da continuidade da linha sucessória, sendo que em sua pesquisa com jovens identificou que apenas 21% considerava a quantidade da terra a ser herdada suficiente para conseguir uma renda igual ou superior as que podem obter nas cidades.

Petinari et al. (2008) também discutindo este tema obteve conclusão semelhante onde um dos motivos que levam os jovens a abandonarem o campo e, assim, não trabalharem com suas famílias, migrando, devem-se, em parte, ao tamanho das propriedades, que geralmente são pequenas. Embora seja muito difícil determinar o que é uma área de tamanho suficiente o autor destaca que as áreas de assentamento não contemplam a possibilidade de divisão.

Vale destacar, que diversos elementos têm contribuído para a migração do jovem agricultor para as cidades, que são independentemente das dimensões da propriedade em que se encontra, não sendo justo designar o tamanho da área como o ponto central da problemática. Porém, em muitos casos existe vontade do filho continuar na propriedade, mas os pais ainda estão em idade ativa e não podem, naquele momento, abrir mão da atividade. Ou seja, há o impedimento de uma possível sucessão (por mais que seja futura) pela impossibilidade de manter um descendente trabalhando em consórcio, obtendo resultados financeiros atrativos até o momento de efetivamente assumir o papel dos progenitores.

Como mencionado anteriormente, houve uma propriedade que afirmou existir debate sobre as questões da sucessão na localidade, da qual alguns trechos das conversas gravadas seguem abaixo:

“Essa quantia de vaca, essa nossa lida depende dele. Ele vê que nós, só os dois velhos não vai pra frente...Eu falei pra esse meu pia. Se teu amigos forem, deixe que vá, você vai ter que ajudar nós. É você quem vai ter que administrar aqui, em pouco tempo vai ser tudo teu, cuidar e administrar tudo. Se eu não falasse com ele, a cabeça dele era sair, os amigos deles tavam saindo, que dentro de pouco tempo foi quatro cinco amigos pro Rio Grande, trabalhar em hotel. Aí ele ficou sozinho, foi tudo os amigos, foi isso que ele queria. Ai ele viu uns amigos voltando, ai ele percebeu que não era tudo isso também. Um influencia o outro. Ele analisou um pouco e não foi, se não os outros amigos já tinham tirado ele daqui.” (M. F. M., 54 anos)

Nas falas deste produtor, pode-se notar uma exceção às condições das demais propriedades. Neste caso o produtor fala claramente ao filho que ele será o sucessor da atividade, desestimulando sua saída da propriedade. Assim, Faccin e Schmidt (2014) reiteram a importância de os pais estimularem os

possíveis sucessores a prosseguir com a atividade ao afirmar que inúmeros estudos sustentam a tese de que as sementes da destruição das empresas familiares estão dentro do próprio fundador e da família, ou que a sobrevivência da empresa está na capacidade da família de administrar suas relações com as forças centrífugas nas fases da sucessão. Ou seja, a causa da maioria das propriedades sem sucessores advém do seu interior, da falta de estímulo e diálogo sobre tal assunto.

Outro item relevante a ser considerado nos relatos desta entrevista em particular é o uso do termo 'administrar' a propriedade, isto é, além de realizar as atividades braçais existe uma preocupação com o gerenciamento em todos os seus aspectos. Igualmente, Silvestro et al. (2001, p. 69) afirmam que os problemas na sucessão também podem estar ligados à falta de preparo dos sucessores para lidar com a nova situação social, confundindo a sucessão das propriedades rurais, com herança. Por sua vez, Leite (2002) vai além e garante que no Brasil, o velho ditado "pai rico, filho nobre e neto falido ou sem terra" ainda prevalece pois os empresários rurais sabem construir um legado, mas não sabem planejar e instruir quem o gerenciara no porvir.

Complementarmente, Carvalho (2007) enaltece que mesmo que não tenha nascido na propriedade em que atualmente vive e trabalha, o agricultor tem suas raízes de forma predominante na zona rural, na própria atividade agrícola, de tal forma que dificilmente alguém sem essa vivência familiar, sem conhecimento tácito adquirido, passa a ser agricultor. Mesmo, sendo consenso que a próxima geração de agricultores deve sair do campo, os progenitores não estão mais influenciando diretamente o seu filho para a continuidade da profissão como deveriam e como diz fazer o produtor no trecho da conversa.

Por fim, outro ponto relevante citado é a questão da influência de amigos, se não de maneira direta com convites e estímulos, mas pela própria ação de migrar e viver na cidade e trabalhar fora da propriedade, por mais que este fomento não ocorra diretamente, o simples fato de ver seu grupo social se dirigir para uma nova forma de vida, impacta diretamente na tomada de decisão do jovem em prosseguir no território e na atividade de sua família. Mais uma vez ressalta-se a importância da conversa e orientação a respeito das vantagens e desvantagens de cada escolha, por parte de pessoas com maior vivência, neste caso os pais, propriamente interessados.

5.4 Há correlação entre a atividade leiteira e a sucessão?

Como identificado até o momento nesta pesquisa e com vasta corroboração bibliográfica, existe um alarmante problema nos aspectos relacionados a sucessão familiar nas pequenas propriedades rurais. Contudo, nenhum estudo foi encontrado na literatura especializada, até o presente momento, que correlacione uma atividade específica como causa ou agravante para esta situação. Assim, uma das pretensões do presente trabalho foi questionar de maneira objetiva os produtores se estes julgavam que o trabalho com a bovinocultura de leite era responsável pela saída ou vontade de sair dos seus filhos.

Com este intuito, buscou-se saber, de princípio, a opinião dos produtores a respeito das atividades que o trabalho com a bovinocultura de leite exige. Com exceção de cinco produtores que afirmaram que a atividade é muito prazerosa e praticamente não demanda esforço ou dedicação sobremaneira que qualquer outra atividade rural, o restante, maioria absoluta, mostrou-se queixosa com o labor da atividade, conforme seguem alguns trechos demonstrativos das entrevistas:

“A gente sofre muito e não vê resultado nenhum, aqui a gente não tem férias, lá na cidade pelo menos você trabalha, tem seu salarinho, mas deu aquela hora do seu trabalho você vem pra casa e tem sossego, pode ficar sossegado, fazer teu serviço de casa. Aqui deu a hora tem que tirar o leite, não tem manhã e não tem tarde, e da àquela hora, é dia de frio é dia de chuva você teja doente você teja como for tem que ir lá tirar o tal do leite.”
(M. L. I., 49 anos)

“Nós não vamos em parte nenhuma, as vacas não deixam, esses dias tinha visita ai, a gente para. Tem que ir tirar leite hora que eles vão embora”. (B. W., 65 anos)

“O mais difícil na verdade é não ter feriado, né. É um compromisso. Na verdade você acaba meio que virando escravo das vacas. Que não é um

serviço que né dizer assim, que é um serviço pesado. Mas é que você tem que tá ali. Vira e mexe tira uma vaca de um piquete, muda pra outro, trata...” (J. P.F.S., 31 anos)

“Pra contar a realidade é bem sofrida a atividade de tirar leite, se tem uma consulta lá fora você tem que sair mas fica pensando nas vacas... as força já não ajuda né. Eu sei dizer que a lida de leite não é fácil, se a gente for ver não recompensa. Se for ver o trabalho que dá e a dor de cabeça não recompensa” (R. L. W., 44 anos)

“O leite ainda é mais puxado, com o plantio tem tudo maquinário hoje em dia. Plantar soja milho, hoje não mexe mais com enxada, é tudo com veneno pra limpar... Tem ar condicionado no trator tudo é muito melhor que estar na estrevaria lidando com vaca. (E. P., 40 anos)

Como pode-se notar e também observado por Bezerra (2017) a atividade leiteira em si, sempre foi muito criticada principalmente pelos próprios produtores como algo sofrível, por vezes até inviável. Para a autora este simples fato de existir grande coro de reclamação contribuiu de certa forma para desestimular a sucessão familiar na pecuária de leite, pois cria a percepção de um trabalho desprazeroso, onde a reflexão faz os jovens considerarem não continuar no ramo, uma vez que os antecessores continuamente reclamam.

É uma questão de convivência e aprendizagem como cita Faccin e Schmidt (2014), pois de tanto conviver com as queixas e comentários que denigrem a atividade, insistindo que se lhe fosse possível desistiria, o jovem, ou qualquer que seja, acaba incorporando esta mesma opinião. O contrário também se aplica, se a atividade for enunciada como suficientemente rentável e prazerosa o estímulo a continuar e melhorar é disseminada para quem convive no ambiente.

Fora a questão do trabalho, foi instigado aos entrevistados responderem qual sua visão da atividade em diversos outros aspectos, que lhe viessem a memória de maneira espontânea, dos quais seguem os de maior relevância a baixo:

“De ruim é os preços. E quando da aquelas chuvaradas não é fácil você lidar com criação.” (R. L. W., 44 anos)

“A pior coisa que tem no leite é o inverno, dá muito contratempo. Frio e geada.” (M. F. M., 54 anos)

“A comercialização, a gente acaba sendo refém dos caras, eles pagam o que querem quando querem.” (C. A., 42 anos)

Levando em consideração os agravantes citados: preços baixos, condição de trabalho dificultado por condições meteorologicamente adversas, dificuldade de negociar os preços, além dos outros aspectos já anteriormente mencionados, como empecilhos para o lazer, existe uma somatória de fatores que levam os próprios produtores ao desestímulo e cogitar uma mudança de ramo de atividade. Imaginar que os filhos, que veem os patriarcas ponderarem frequentemente em encerrar a atividade, irão eles se engajar na atividade repercute consideravelmente inconsistente.

Por observar que a maioria esmagadora dos produtores fez fortes reclamações a despeito da bovinocultura de leite, foram feitos questionamentos sobre as pretensões futuras, se pretendiam se manter na atividade, as respostas que mais chamaram atenção seguem:

“Continuar? Não sei até quando. O dia que nós se aposentar não adiante ir para a cidade, vamos ter que ficar ai na roça porque aqui é mais tranquila pra viver, mas certamente vamos largar mão dessas vacas”. (F. J. A., 50 anos)

“Para não! a gente vai continuar até aguentar, talvez ir diminuindo conforme as forças forem diminuindo”. (B. W., 65 anos)

“Pra ser bem sincero pra ti, mais cinco anos. Vou terminar de pagar umas contas, uns financiamentozinhos das próprias vacas, e vou vender as jerseyinha” (M. R., 47 anos)

“A vantagem do leite é que tem um salário, todo mês entra uns troco pra você conseguir manter o que tem, mas hora que aposentar já não vai mais precisar” (R. L. W., 44 anos)

Nota-se uma disseminada pretensão de abandonar a atividade, alguns casos de retraindo o número de animais para diminuir o trabalho e de maneira bem

escassa a pretensão de manter a quantidade de animais existente no presente momento no plantel. Alguns raros produtores cogitaram aumentar o rebanho, mas se apresentaram receosos com o futuro da atividade julgando ser necessário esperar algum tempo para analisar melhor. Em suma, a tendência geral foi para a redução ou fim da atividade nos próximos anos sem que está passe para a próxima geração.

Com esta concepção da laboriosidade acentuada da atividade, buscou-se a opinião dos produtores sobre as outras atividades, insistiu-se em uma resposta comparativa com as demais atividades rurais, se de fato a atividade é mais exigente do que as demais.

“Na minha opinião eu dava um jeito de vender essas vacas, e ficar só com umas vaquinhas pra gente. “E vai umas alturas a gente não aguenta, e só dois velhos no sitio. Melhor engordar uns boizinho pra carne e vender” (R. L. W., 44 anos)

“Aqui todo mundo ta ficando só o casal de velho. Acho que é a dificuldade de viver no sitio, ta muito dificultoso, e os apoios são poucos. Vai acabar todo mundo arrendando pra plantar soja, já é o que se vê aqui nos vizinho” (V. M., 56 anos)

“O leite é mais puxado que tudo, hoje pra plantar tem trator, ceifa, maquinário tudo com ar condicionado. Vaca apesar de ter ordenha mecânica ainda tem que peliar cedo e de tarde. Elas não se tiram solitas ainda”. (E. P., 40 anos)

“Lavoura é pra gente mais rico que tem condição de ter máquina, daí nem se suja. Os pobres tem que se arreentar atrás dessas vacas fazendo esse serviço de escravo, de preso”. (G. I. F. G., 42 anos)

Os trechos acima, são uma amostra muito representativa da opinião dos trabalhadores sobre as atividades do campo, maioria absoluta considerou o leite a atividade mais difícil a ser realizada. Alguns poucos produtores julgaram que as atividades eram todas igualmente difíceis, mas o que merece ressalva é que

nenhum dos 60 entrevistados afirmou que o leite era menos exigente que qualquer outra atividade.

Os produtores ao serem indagados se consideravam que a atividade de leite era responsável pelos filhos deixarem a propriedade, emitiram opiniões bastante diversificadas, sendo muito impreciso fazer generalizações deste tema. Seguem três respostas bastante peculiares e distintas:

“Acho que não tem relação, se é leite, se é lavora, se é frango, seja o que for, deu na ideia da juventude que a roça é ruim e a cidade é boa, e ponto final.” (M. L. I., 49 anos)

“Tem tudo a ver, os meus filhos e do que a gente vê fora mesmo. Vão embora porque o leite exige demais. Se fosse trabalhando em cima de trator acho que até ficariam, se não tivessem que levantar cedo tirar leite” (J.F.B., 54 anos)

“É o contrário, o leite ainda mostra um salário todo mês, ai eles veem que roça também pode da grana. Se for só plantar soja e milho ai o dinheiro vem só uma vez por ano. Os jovem desanima tudo” (P.H., 41 anos)

Desta maneira, apesar da presente pesquisa não poder afirmar de forma definitiva e apresentar dados consolidados, o que se notou foi uma maioria considerável dos entrevistados afirmando que o trabalho na bovinocultura de leite é um dos motivos que faz os jovens buscarem empregos fora da zona rural. Os motivos elencados foram vastos, mas dois ganharam destaque na bovinocultura de leite, sendo: regime de trabalho sem folga e restrição de lazer, sendo um propulsor para o êxodo e em decorrência ao fim da sucessão.

Por fim, apesar de ser maioria a opinião dos produtores sobre a influência negativa do leite no momento do jovem decidir se irá permanecer ou não na propriedade, houveram algumas discordâncias, como é possível perceber nos trechos anteriores. Porém, mesmo que todos os argumentos dispostos tenham sua relevância, vale descartar que neste aspecto a opinião dos pais é intuitiva, uma vez que se refere não a sua conduta, mas a dos filhos. Assim, deve-se analisar com ressalvas as posições apresentadas, apesar de a expressiva maioria ter a convicção que a bovinocultura de leite exerce um ponto de atratividade negativa entre os jovens frente a permanência na propriedade e conseqüentemente sobre as questões relacionadas a sucessão familiar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar ao final deste trabalho que a situação de Rio Bonito do Iguaçu frente a questão do êxodo rural jovem é igualmente grave e condizente com a situação encontrada na busca bibliográfica. Prova disto é a demonstração do acentuado fluxo dos jovens em rumo as cidades a partir dos 16 anos, logo após a finalização dos estudos de nível médio.

Ainda, o cenário de Rio Bonito do Iguaçu torna-se apreensivo ao considerar que dentre os 60 investigados em ao menos um terço das propriedades não existiam outros indivíduos residindo que não os próprios progenitores, deixando um estado de alerta quanto ao risco do fim da linha sucessória e da própria atividade nestas localidades.

Constatou-se também, como forma disseminada uma inexistência de diálogo familiar a respeito da sucessão na propriedade onde os progenitores afirmam ser algo subentendido ou passível de ser discutido apenas no momento em que não puder mais administrar a propriedade. Tão grave a situação que dentre as 60 propriedades apenas em um caso afirmou-se haver debate, estímulo e planejamento para a sucessão.

Dentre os tópicos citados nas entrevistas como ocasionadores da saída do jovem, vindo a impactar negativamente na sucessão familiar, foram encontrados de maneira quase hegemônica as questões relacionadas ao lazer, da busca por melhor poder aquisitivo, prosseguimento dos estudos, a penosidade do trabalho com a bovinocultura de leite.

Neste mesmo aspecto, o tamanho da área foi citado como agravante para a sucessão haja visto que nos assentamentos a área disponibilizada contempla

a sobrevivência de apenas uma família, sendo considerável inconcebível a divisão com um filho.

Outro resultado preocupante foi o acentuado envelhecimento dos proprietários na atividade da bovinocultura de leite, onde mais de 45% deles tinham 50 anos ou mais, estando portanto muito próximo da idade de aposentadoria. Nesta situação a sucessão deveria estar bem resolvida e encaminhada, mas não foi o que se observou.

Justamente a este respeito os achados são preocupantes para a agricultura de uma maneira geral, mas são ainda mais alarmantes para a bovinocultura de leite, pois indica que dentro de um período consideravelmente curto mais de 70% das propriedades não terão sucessores para prosseguir com esta ocupação.

No que se refere a atividade, grande parte dos produtores julgaram que a bovinocultura exerce uma influência relevante nas questões do êxodo dos jovens, apesar de não ser considerada o principal motivo é certamente um estimulante para migração dos jovens devido principalmente as condições de trabalho, apontadas como efetivamente laboriosa.

Desta forma deve-se considerar a inexistência de políticas públicas efetivas, voltadas exclusivamente para o fortalecimento e consolidação da sucessão no meio rural. Como exemplo: proporcionar formas efetivas de lazer rural; oferecer formação de nível técnico e superior mais acessíveis onde o jovem não necessite deixar a propriedade para ter acesso; profissionais que auxiliem e orientem na questão da sucessão na propriedade, políticas de acesso à terra para jovens, entre outras. Portanto, é coerente sugerir que ações deste âmbito com amplitude nacional deveriam ser pautadas como ferramenta geradoras de atratividade aos residentes e trabalhadores do meio rural. Mais que isto, as iniciativas possivelmente seriam mais assertivas se organizadas de maneira mais localizadas a nível regional e municipal, respeitando as particularidades inerentes a cada região.

Neste mesmo aspecto, o tamanho da área foi citado como agravante para a sucessão haja visto que nos assentamentos a área disponibilizada contempla a sobrevivência de apenas uma família, sendo considerável inconcebível a divisão com um filho.

Por fim, dadas as limitações de tempo e recursos que esta pesquisa encontrou, sugere-se prosseguir e ampliar as investigações sobre este tema que mostrou um cenário apreensivo em Rio Bonito do Iguaçu. Outrossim, estender esta pesquisa para um número maior de produtores, ouvir os jovens e adolescentes sobre suas posições a este respeito com intuito de melhorar a análise do quadro e resultar em uma mais efetiva forma de resolução desta problemática.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. Brasília. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n.1, p.132-152, jan/abr. 1998.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

ABRAMOVAY, R.; et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife, PE. **Anais...** Recife, PE: SOBER, 2001. Disponível em: < http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER. Fortaleza, 2006.

BARONI, S. A. A sustentabilidade do negócio leite na agricultura familiar e o desenvolvimento regional. In: SANTOS, G. T.; UHLIG, L.; BRANCO, A. F.; JOBIM, C.C.; DAMASCENO, J. C.; CECATO, U. (Ed.). **Bovinocultura de leite: inovação, tecnologia e sustentabilidade**. Maringá: Eduem, p. 285- 297, 2008.

BARROS, G. S. C. Agricultura na indústria no desenvolvimento brasileiro. IN: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 79-116.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX. (Texto para discussão n. 1034). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Aplicada, 2004. Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1034.pdf . Acesso em: 20 jul. 2018.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0003.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

BIEGER, T. E.; GONÇALVES T. A. M.; MARIN, J. O. B. COMUNICAÇÃO E sucessão rural: um olhar sobre a agricultura familiar. In: Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Anais...** v.08, n.04. Bagé, RS, 2016.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 20 julho de 2018.

BRESOLIN, R. M. Mapa do Paraná indicando a localização do município de RBL. Software ArcGIS, versão 10.6.1. Mariópolis, 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**. Jan-Abr; v.12, n.01, p. 205-27, Florianópolis, SC, 2004.

BUCZENKO, G. L.; ROSA, M. A. A permanência do jovem no campo: contribuições da educação do/no campo. **Revista Ensaios Pedagógicos**, v.8, n.1, Jul. São Carlos, 2018,

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v.15, n.2, p.45-65, 1999.

CAMILOTO, A. H.G. **Fatores condicionantes da permanência na atividade leiteira de produtores da zona da mata mineira**. 81 f. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2011.

CANTU. Rio Bonito - Incra reúne assentados para tratar sobre Contratos de Uso da Terra. 17. Mai. 2017. Noticiário online. Disponível em: <<https://portalcantu.com.br/noticias/ultimas-noticias/rio-bonito-do-iguacu/item/44159-incra-reune-assentados>>. Acesso: 20 de julho de 2018.

CARNEIRO, M. J. Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. In: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In XLV SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Londrina, 2007.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Leite ao Produtor**. Esalq, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/leite.aspx>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

COCA, E. L. F. Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do território cantuquiriguaçu, estado do Paraná, Brasil. **Revista GeoGraphos**. 16 de mar. vol. 4, nº 48, p. 383-410, 2013.

CONDETEC - Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico. IPARDES, 77 p. Curitiba, 2004.

DALCIN, D.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. A importância da atividade leiteira na renda dos agricultores familiares: um estudo de caso no município de Caiçara-RS. In: **Revista OnLine CONGREGA**, v.4, n.4 (Nov. 2008). Bagé, RS, 2008.

DE GRANDI, A. B. Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina – Brasil. In: Algumas questões de gênero na agricultura familiar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 21. 2000.

DEUDIEU, B.; COULOMB, S.; SERVIERE, G. TCHAKERIAN, E. **Bilian travail pour l'étude du fonctionnement des exploitations d'élevage**. Paris: Collection Lignes, Institut de l'Elevage, 2000.

DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: CEPAL, Juventud rural - modernidad y democracia en América Latina. Santiago, Chile, p. 55-80, 1996.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. rev. e atual. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMATER. Diagnóstico Municipal – Relatório Rio Bonito do Iguazu. Escritório Regional Laranjeiras do Sul, 2016.

EMBRAPA, Gado de leite. Alternativas para produção sustentável da Amazônia / editores técnicos, Fernandes E. ... [et al.]. Brasília, DF : Embrapa, 2013. 304 p. Home page. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=970727&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22C.%20E.%22&qFacets=autoria:%22C.%20E.%22&sort=&paginaAtual=266> >. Acesso em: 07 nov. 2017.

FACCIN, O. P.; SCHMIDT, C. E. F. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária. 2014. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Olivio%20Faccin.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FILIPPI, E. E. Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil. Porto Alegre: UFRGS editora, 2005.

FOGUESATTO, C. R.; LAGO, A. ; SPANEVELLO, R. M. ; ANDREATTA, T. ; OLIVEIRA, S. V. A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR SOB A ÓPTICA DO JOVEM MIGRANTE. In: 7º Encontro de Economia Gaúcha, 2014, Porto Alegre. 7º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS, 2014.

FREITAS, M. A.; MARIN, D. Z. Sucessão hereditária na agricultura familiar em Nova Tebas – PR. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDF. Versão Online, ISBN 978-85-8015-093-3, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_geo_unicentro_marcosantoniodefreitas.pdf>. Acesso em: 10 de Jul. 2018.

GAIOSKI, L.J.; SANTOS, M.; TAKAKI, A. M.; RICKLI, A. E.; SUSKI, V.J. Levantamento Estatístico de Produtores Participantes do Projeto “Transferência de Tecnologias de Beneficiamento e Industrialização de Leite em Estabelecimentos Familiares com Produção de Leite”. In: Salão de Extensão e Cultura: Estabelecendo diálogos, construindo perspectivas. **Anais...** Unicentro, Guarapuava, 9p, 2008.

GALERA, I. **RIO BONITO DO IGUAÇU: UM RIO DE HISTÓRIAS**. 126 p. Gráfica Xagu. Rio Bonito do Iguaçu PR. 2009.

GODOY, C. M. T. et al. Juventude Rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa – RS. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2010. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1038276/1/Cnp-gl2015PanLeiteAregiao.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

HAMMEL, A. C.; SILVA, N. J. C.; ANDREEATTA, R. Escola em movimento: a conquista dos assentamentos. Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Rio Bonito do Iguaçu, 2007.

IBGE. **Pesquisa da Pecuaria Municipal 2017: rebanho bovino alcança 212,3 milhões de cabeças**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?edicao=22651&t=sobre>>. Acesso em: janeiro 2019.

IBGE. Malha Municipal, 2015; Base Cartográfica Contínua do Brasil, ao Milionésimo. Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/41_regioes_geograficas_parana.pdf>. Acesso em Janeiro 2019

IPARDES. **Caderno Estatístico de Rio Bonito do Iguaçu**. Curitiba, setembro de 2008. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85340>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Favaro, J. L. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro**. Curitiba, 2014. 380f. . Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.

KISCHENER, M. A. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização**: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná. 175 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, PR, 2015.

KUHN, C. **Juventude rural de laranjeiras do sul: espaços de lazer, sociabilidade e territorialização**. Dissertação (Mestrado em Geografia: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos) Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, 2016.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEITE, S. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, Pedro Sisnando et al. (orgs). Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Paralelo, v. 21, 2000.

LEITE, J. L. B.; MONTEIRO, R. A. Produção de leite em economia familiar: algumas questões de teoria e método. In: Alternativas tecnológicas, processuais e de políticas públicas para a produção de leite em bases sustentáveis. São Paulo, 2003.

MARTINS, C.E. et al, Juiz de Fora, Embrapa Gado de Leite, 2003, 195 p.

LIZARAZO, R. P.; THOMAZ, A. J. Juventude rural e mobilidade territorial do trabalho no século XXI. **Revista Pegada**. Vol 17, n.2. p 251-268. São Paulo, 2016.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. IN: BUAINAIN. In: Antônio Márcio et al. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1081-1100

MATOS, R. Migração e Rede Urbana: procedências e inserção ocupacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MINAYO, M. C. S., DESLANDES, S. F., CRUZ, O. N., GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p

MOREIRA, E. M. O Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu-Pr: Desenvolvimento Socioeconômico e os Impactos da Política de Assentamentos para a Reforma Agrária. **Revista emancipação**. v.13, n.03, p.145-158. Ponta Grossa, 2013.

MORO, M. **Reforma Agrária e a luta do MST: Uma alternativa de inclusão?** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MOTTER, A. A.; MARTINS, M.V.F.; SILVA, A.C.R. Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu / Associação dos Municípios [da] Cantuquiriguaçu ; redação e sistematização:, Ruahgraf Gráfica e Editora Laranjeiras do Sul: [S.n.], 2003. 129p.:

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 264-297, 2014.

PAULILO, M. I. S.; DE GRANDI, A. B.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: ALGUMAS QUESTÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR. **Cadernos de Pesquisa**, n. 21. 2000.

PERACI, A., S. A importância da produção de leite para a agricultura familiar. 2007. Disponível em: < <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/adoniran-peraci-a-importancia-da-producao-de-leite-para-a-agricultura-familiar-36927n.aspx>. Acesso em: 07 novembro de 2017.

PEREIRA, R. C. **A família e seus desafios nos tempos bíblicos e nos dias atuais**. 61f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em teologia: Leitura e ensino da bíblia). Faculdade EST. São Leopoldo, 2016.

QUEIROZ, W. T. **Amostragem em inventário florestal** Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2012. 441 p.: il. ISBN 978-85-7295-070-1, 2012.

RESENDE, M & MENDONÇA, M, L. A Contra-Reforma Agrária do Banco Mundial. In: Revista Caros amigos, abril de 2004.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, p. 19-88, 1980.

ROCHA R. (org.) Desenvolvimento Regional Sustentável. Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas. Ed. Banco do Brasil, Vol.1, Brasília, set. 2010. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Vol1BovinoLeite.pdf>> Acesso: 12 Jul. 2018

RODRIGUES, H. F.; SOARES, P.R.R. **Quando a cidade e o campo se encontram: tendências atuais da relação urbano-rural no Vale dos Sinos em Paranhana**. 2008. s.p. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/sobre-cidade-campo.html>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. 155p

SEAB a. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural. Relatório Municipal 2016 Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/RelMunicipal20162versao.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SEAB b. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. DERAL - Departamento de Economia Rural. **Gráficos Municipais referentes ao Valor Bruto da Produção Rural 2016**. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Graficos_municipais_VBP_graregi_2016Finalparapublicacaocorrigido.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C. BALDISSERA, I. T. Luiz et al.. **Os impasses da sucessão hereditária na Agricultura familiar**. Ed. Interdex. Epagri. Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília , 2001.

SPANEVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L.P.; MATTE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.45, n.2, p.291-304, 2011.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 45. 2007, Londrina. **Anais...Londrina**, 2008. CD-ROM.

SOUZA, G. S.; GOMES, F. S. L.; SILVA, G. S.; JUNIOR, I, S. B.; NEVES, P.V.S; AZEVEDO, R. D. **A importância do agronegócio do leite no segmento de agricultura familiar**. Um estudo de caso em municípios da região semiárida paraibana. Banco do Nordeste do Brasil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Editoração – CEDIT. Fortaleza, 2015.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

STEDILE, J. P. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1996.

STOFFEL, J. A.; TRENTIN, H. R. Importância da renda da produção de leite para propriedades de agricultura familiar. In: 2º Seminário Internacional de Integração e desenvolvimento regional. **Anais: 8º ECAECO - 2016 (IFMS_UEMS_UFMS_PPGDRS)**. v.01, n.01, Ponta Porã. MS, 2014. Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/ecaeco/article/view/2815/2885>>. Acesso em: 20 janeiro de 2018.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 346 pg, 2006.

ULBRICHT, L. **Relatório parcial do projeto Diagnostico e Recomendações em ergonomia**: aplicação no estudo dos distúrbios osteomusculares relacionado ao trabalho dos ordenhadores do estado do Paraná. Curitiba, UFPR, 2007.

TEDESCO, C. **Agro diversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo pós anos 90**. Passo Fundo: UPF : Porto Alegre, 2006.

ULBRICHT, L.; GONTIJO, L. A. Os distúrbios osteomusculares Relacionados ao trabalho e seus fatores de risco: Patologia exclusivamente urbana? Revista Uniandrade. v.04. p.10 – 15, 2003.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. v. 13, n.03 Brasília, 1996.

VOLPI, R.; DIGIOVANI, M. S. C. Leite no Paraná: aspectos econômicos da produção e dados estatísticos. FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná, **Boletim Informativo 997**, semana de 24 a 30 de março de 2008.

WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A juventude rural e a sucessão hereditária em um assentamento de reforma agrária. XLV CONGRESSO DA Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. **Anais**: "Conhecimentos para Agricultura do Futuro", Londrina, 2007.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação** [online]. v.21, n.64, pp.61-78, 2016

ZOCCAL, R. A região Sul se fortalece no leite. Ed. Embrapa. **Imprensa: Panorama do leite**. Juiz de Fora, MG. 2015

APÊNDICE A

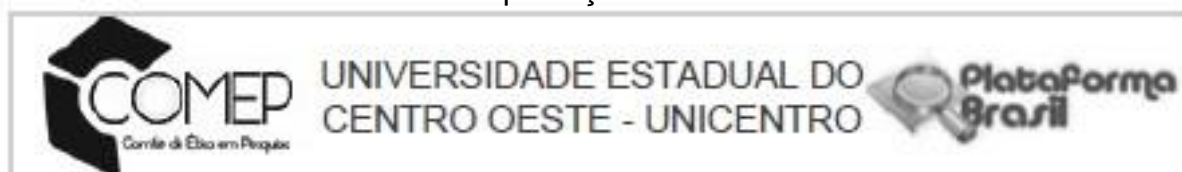
Roteiro para entrevista

- 1-Comunidade: _____ Area:_____ Sub-area:_____
- 2- Assentamento () Tradicional/N ass. ()
- 3-Proprietário:_____
- 4-Propriedade: _____
- 5-Quanto tempo reside propriedade:_____ Quantas pessoas residem:_____
- 6-Quem são e quantos (filhos, esposa):_____
- 7-Quantos filhos possui total?_____
- 8-Idade filhos:_____ 9-Quantos deixaram a casa?____
- 9-Motivo? Para onde foram? Idade com que saíram? _____
- 10-Quanto tempo está na atividade bovino leite?_____
- 11- Tamanho Área, Numero de vacas? produção diária? Funcionário?_____
- 12-Filhos gostam? São participativos? Querem continuar?_____
- 13-Reclamações, contraposições a atividade por parte dos responsáveis:_____
- 14Gostaria que o filho ficasse na propriedade? Porque? _____
- 15- Já discutiu a questão da sucessão na propriedade?_____
- 16 -Até quando pretende continuar na atividade?_____
- 17- O que fará com a propriedade (terra) quando parar com a bovinocultura de leite? E quando se aposentar?_____

18-A atividade leiteira teve relação com êxodo dos sucessores?_____

19- Por que os jovens, de modo geral, saem das propriedades?_____

Anexo I – Ficha de aprovação do Comitê de ética



Continuação do Parecer: 2.201.350

- 1) Check List inteiramente preenchido;
- 2) Folha de rosto com campos preenchidos e com carimbo identificador e assinado por Margarete Falbo, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias da UNICENTRO;
- 3) Carta de anuência/autorização da instituição co-participante: não se aplica.
- 4) TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido): apresentado.
- 4.1) TALE (Termo de Assentimento para menores de idade ou incapazes): apresentado.
- 5) Projeto de pesquisa completo: anexado pelo pesquisador;
- 6) Instrumento para coleta dos dados: apresentado.
- 7) Cronograma: apresentado. A vigência da pesquisa é de agosto/2017 a maio/2018.
- 8) Orçamento: apresentado.

Recomendações:

Resalta-se que segundo a Resolução CNS/MS-466/2012, item XI – DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL, parágrafo f), é de responsabilidade do pesquisador "manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa."

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PROJETO CONSIDERADO APROVADO: A presente pesquisa está em conformidade com a Resolução 466/2012. Este CEP considera que todos os esclarecimentos necessários foram devidamente prestados,

Continuação do Parecer: 2,201,350

término da pesquisa.

Qualquer alteração no projeto deverá ser encaminhada para análise deste comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_940937.pdf	11/07/2017 01:03:19		Aceito
Outros	CHECKLISTCOMEP.doc	11/07/2017 01:02:52	DARLAN SCHMITT	Aceito
Outros	MODELOtermodeassentimentoparacriancaadolescente.doc	11/07/2017 00:58:47	DARLAN SCHMITT	Aceito
Brochura Pesquisa	roteiroentrevista.docx	14/06/2017 16:04:20	DARLAN SCHMITT	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PRRePROJETOfinal.docx	14/06/2017 16:01:37	DARLAN SCHMITT	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	MODELOTCLE.doc	14/06/2017 15:59:24	DARLAN SCHMITT	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.docx	14/06/2017 15:58:10	DARLAN SCHMITT	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GUARAPUAVA, 04 de Agosto de 2017

Assinado por:
Roberta Leticia Krüger
(Coordenador)

Endereço: Rua Simeão Camargo Varella de Sá, 03 - Campus CEDETEG - (ao lado do Departamento de Nutrição)
Bairro: Vila Carl CEP: 85.040-080
UF: PR Município: GUARAPUAVA
Telefone: (42)3629-8177 Fax: (42)3629-8100 E-mail: comep_unicentro@yahoo.com.br